

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE FILOSOFIA - IFILO

KARÊNINA MILOSEVIC

Uma crítica à abordagem de Nancy Fraser sob a óptica do feminismo negro

Uberlândia-MG

2023

KARÊNINA MILOSEVIC

Uma crítica à abordagem de Nancy Fraser sob a óptica do feminismo negro

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de bacharel e licenciatura em Filosofia.

Área de concentração: Filosofia contemporânea e filosofia política

Orientadora: Fillipa Carneiro Silveira

Uberlândia-MG

2023

KARÊNINA MILOSEVIC

Uma crítica à abordagem de Nancy Fraser sob a óptica do feminismo negro

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de bacharel e licenciatura em Filosofia.

Área de concentração: Filosofia contemporânea e filosofia política

Uberlândia, 29 de junho de 2023.

Banca Examinadora:

Fillipa Carneiro Silveira – Doutora (UFU)

Georgia Cristina Amitrano – Doutora (UFU)

Dedico este trabalho às mulheres negras que resistem, que sonham, que lutam, que suas vozes ecoem e sejam ouvidas, iluminando o caminho para um futuro mais justo e verdadeiro.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço ao meu pai, também formado em filosofia, que além de me criar sozinho, foi fundamental na minha formação, ensinando-me a questionar e refletir sobre a vida. Seu exemplo foi essencial para o meu crescimento intelectual, especialmente no contexto do meu estudo sobre o feminismo. Também quero expressar minha sincera gratidão à minha mãe, que com uma simples conversa é capaz de arrancar risadas de mim. Desejo agradecer igualmente às minhas irmãs, por trazer uma incrível leveza à minha existência. Especialmente à Klarice, sua alegria contagiante e perspectiva única enriqueceram minha jornada, fornecendo um equilíbrio necessário e momentos de descontração em meio aos desafios acadêmicos.

Ao noivo que me ofereceu amparo durante os momentos de crise ao longo da minha trajetória acadêmica. Desde trabalhos em grupo até desafios individuais, ele esteve ao meu lado, proporcionando suporte emocional e intelectual. Sua presença constante e comprometimento em compartilhar o fardo das responsabilidades acadêmicas foram de inestimável valor. Além disso, ele dedicou seu tempo e conhecimento para revisar e aprimorar meu trabalho, contribuindo significativamente para a sua qualidade final. Seu amor e carinho embelezam minha vida diariamente. Sou profundamente grata por ter um parceiro tão maravilhoso ao meu lado.

À minha prima Nathália que por meio de nossas discussões enriquecedoras, ela me mostrou o quão importante é o debate sobre o racismo e trouxe uma perspectiva psicanalítica que ampliou minha compreensão do tema. Além disso, suas sugestões de leituras foram de extrema relevância para o desenvolvimento do trabalho. Nathália não apenas se mostrou uma verdadeira irmã nessa jornada acadêmica, mas também uma companheira de momentos descontraídos, como ir ao bar tomar cerveja ou assistir filmes juntas. Sua presença e contribuições foram essenciais para a construção de um trabalho significativo e representativo sobre o feminismo negro. Agradeço de coração por todo o suporte e inspiração que recebi.

À minha tia Isabel por seu apoio inabalável. Sua determinação em buscar conhecimento mesmo depois dos 40 anos é um verdadeiro exemplo. Sua dedicação e comprometimento são uma fonte constante de motivação. Ela sempre demonstrou orgulho de mim, incentivando-me a perseguir meus objetivos acadêmicos com confiança. Sua presença e encorajamento têm sido fundamentais para o sucesso deste trabalho e sou imensamente grata por tê-la ao meu lado.

À minha tia Beth, que em muitos momentos desempenhou o papel de uma mãe para mim. Sua presença constante, seu apoio incondicional e seu carinho foram fundamentais para

meu crescimento e bem-estar. E à minha madrinha que sempre esteve ao meu lado, encorajando-me a ser a melhor versão de mim mesma.

Aos meus sogros por sua generosidade e acolhimento durante a reta final do meu TCC. Sua bondade em abrir as portas de sua casa, fornecendo um ambiente acolhedor, permitiu que eu me concentrasse plenamente na conclusão do meu trabalho.

Aos meus professores, em especial Alcino Bonella, Marcos Seneda, Igor Silva e Geórgia. Quando eu trilhar o caminho do amanhã, desejo seguir os passos luminosos daquela que é uma verdadeira inspiração: Filipa Silveira, minha professora e orientadora. Sua presença durante todo o percurso acadêmico foi marcada por sua paciência, compreensão e orientação. Sua disposição em me ouvir e sua habilidade em compreender questões mais abrangentes foram inestimáveis para o meu crescimento e desenvolvimento ao longo dessa jornada.

Aos meus amigos, especialmente às meninas do grupo Filominas, por trazerem luz e destaque às filósofas mulheres, ampliando minha compreensão sobre suas contribuições muitas vezes subestimadas na filosofia. Também sou imensamente grata a Giovana, Yago, Bárbara e Katheleen por trazerem leveza à minha vida acadêmica. Gostaria de expressar gratidão ao meu querido amigo Alexander, por ter sido quem me apresentou o mundo universitário, acreditou em mim quando eu mesma não acreditava e esteve sempre disponível a discutir ideias filosóficas e dar sugestões. Sua confiança em mim, enxergando uma habilidade além da que eu mesma reconheço, sempre me encorajou. Não posso deixar de mencionar minha amiga Palazzo, cuja abordagem acadêmica diferenciada da minha me ensinou a encarar os estudos de forma mais focada, incentivando-me a participar de projetos de pesquisa. Sua perspectiva e encorajamento foram essenciais para expandir meus horizontes. Sou profundamente grata a todos que fizeram parte da minha jornada acadêmica. Mesmo sem mencionar todos, reconheço o valor de cada um dos familiares e amigos.

“[...]Nolite te bastardes carborundorum”

(ATWOOD, Margaret)

RESUMO

O feminismo é um movimento que busca a igualdade de gênero e combate às desigualdades vivenciadas pelas mulheres. Ao longo do tempo, passou por diferentes fases e correntes, pois algumas formas de opressão podem intensificar o sofrimento das mulheres. Nesse sentido, este trabalho propõe uma análise à abordagem de Nancy Fraser na construção de um feminismo inclusivo e abrangente. A crítica se baseia nos textos de Fraser, nos quais ela promove uma reflexão sobre a substituição dos valores igualitários por valores identitários e sobre a incorporação das lutas identitárias pelo sistema capitalista. Embora a perspectiva de Fraser de unificar as lutas de redistribuição e reconhecimento seja uma contribuição significativa, argumenta-se que sua abordagem acaba negligenciando o feminismo negro e suas especificidades. Para ampliar a discussão sobre as opressões raciais e o agravamento do sofrimento da mulher, o trabalho utiliza como referência principal a autora Lélia Gonzalez. O objetivo é promover um diálogo interseccional que reconheça a complexidade das experiências das mulheres, evitando a homogeneização das demandas e garantindo a inclusão e o reconhecimento das vozes e vivências das mulheres negras.

Palavras-chave: feminismo, feminismo negro, justiça social e interseccionalidade.

ABSTRACT

Feminism is a movement that seeks gender equality and fights against the inequalities experienced by women. Over time, it has gone through different phases and currents, as some forms of oppression can intensify women's suffering. In this sense, this work proposes an analysis of Nancy Fraser's approach in building an inclusive and comprehensive feminism. The critique is based on Fraser's texts, in which she reflects on the substitution of egalitarian values with identity values and the incorporation of identity struggles by the capitalist system. While Fraser's perspective of unifying struggles for redistribution and recognition is a significant contribution, it is argued that her approach ends up neglecting black feminism and its specificities. To broaden the discussion on racial oppressions and the exacerbation of women's suffering, this work primarily references author Lélia Gonzalez. The goal is to promote an intersectional dialogue that recognizes the complexity of women's experiences, avoiding the homogenization of demands and ensuring the inclusion and recognition of the voices and experiences of black women.

Keywords: feminism, black feminism, social justice, intersectionality.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PENSAMENTO DE NANCY FRASER.....	15
2.1	A Segunda onda do feminismo e sua promessa emancipatória: o que deu errado?...	24
3	O FEMINISMO NEGRO E A LUTA PELA JUSTIÇA DE GÊNERO E RAÇA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE LÉLIA GONZALEZ.....	36
3.1	A tradição do sistema escravocrata nas desigualdades raciais e de gênero: Ângela Davis	46
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
	REFERÊNCIAS.....	52

1 INTRODUÇÃO

O feminismo é um movimento social e político que busca a igualdade de gênero, questionando e combatendo a opressão e as desigualdades históricas vivenciadas pelas mulheres. A primeira onda feminista teve início nos Estados Unidos. Nesse período, as mulheres começaram a se organizar em movimentos e associações para lutar por seus direitos civis e políticos. Essas iniciativas buscavam conquistar igualdade no mercado de trabalho e o direito ao sufrágio, entre outros. Ao longo dos anos, o feminismo passou por diferentes fases e correntes, cada uma com suas ênfases e objetivos específicos. A segunda onda Feminista surgiu no século XX trouxe à tona questões como a liberdade sexual, a violência contra as mulheres e a igualdade no mercado de trabalho¹. Sendo assim, o feminismo desempenha um papel crucial na compreensão e no enfrentamento das desigualdades sociais, incluindo aquelas relacionadas à classe. O feminismo ampliou o escopo das lutas sociais ao abordar algumas questões, como igualdade de direitos, autonomia reprodutiva, questionamento dos papéis tradicionais etc.

No entanto, falar de mulheres de forma geral não é suficiente para compreender plenamente a realidade de todo público feminino. Embora haja questões que afetam todas as mulheres, é crucial reconhecer a interseccionalidade² das opressões, que envolvem raça, gênero, classe e outras formas de discriminação. Ao longo do tempo, o feminismo tem evoluído para incorporar essa perspectiva, dando origem a correntes como o feminismo negro, o feminismo interseccional e o feminismo trans.

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho consiste em investigar os desafios enfrentados na construção de um feminismo inclusivo, que aborde todas as pautas emancipatórias. O estudo busca analisar as dificuldades encontradas ao conciliar ideais de justiça. Nancy Fraser (2006) discute a substituição dos valores igualitários sociais por valores identitários, ressaltando que os problemas de injustiça social ainda não foram resolvidos, especialmente em uma sociedade capitalista onde as lutas identitárias podem ser assimiladas por esse sistema. Portanto, para Fraser é crucial unificar as lutas identitárias com políticas sociais de igualdade. No entanto, ao falar sobre a unificação de reivindicações, é necessário evitar o risco de homogeneização, reconhecendo e considerando as especificidades dos diferentes grupos. É fundamental considerar as estruturas, instituições e aspectos psicanalíticos relacionados à questão racial, que

¹ DE BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. 1949.

² O termo foi introduzido pela primeira vez em 1989 por Kimberlé Crenshaw em seu artigo intitulado "Desmarginalizando a Interseção de Raça e Gênero: Uma Crítica Feminista Negra à Doutrina Antidiscriminação, Teoria Feminista e Política Antirracista".

desempenham um papel fundamental na intensificação das opressões enfrentadas pelas mulheres negras, indo além das questões identitárias e de classe. Para embasar essa crítica, utilizaremos como referencial teórico a historiadora Lélia Gonzalez (2020) e outros autores. Os principais textos base são: *O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história, Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”* da Nancy Fraser (2006) e *Por um feminismo afro-latino-americano* e *Racismo e sexismo na cultura brasileira* da Lélia Gonzalez (2020).

É fundamental reconhecer que, embora o presente trabalho esteja focado na intensificação do sofrimento da mulher negra, compreende-se que outras mulheres também enfrentam o agravamento das opressões. Isso abrange mulheres indígenas, imigrantes, refugiadas, LGBTQI+³, com deficiência etc. A discussão sobre interseccionalidade apresentada adiante pode ser aplicada a todas essas outras mulheres.

No primeiro capítulo deste trabalho, são abordados os conceitos de reconhecimento, representação e de redistribuição propostos por Nancy Fraser (2006). É explorado como essas duas dimensões são essenciais para compreender os desafios enfrentados pelo feminismo em uma sociedade capitalista. O reconhecimento refere-se à valorização e respeito das identidades⁴, Fraser discute também a falta de representação política, questionando as estruturas de poder existentes e buscando formas igualitárias. Por fim, aborda a redistribuição justa de recursos econômicos e oportunidades sociais. É discutido como o capitalismo pode influenciar e limitar a busca pela igualdade de gênero, pois muitas vezes promove desigualdades socioeconômicas e coopta as demandas feministas para atender aos interesses do sistema.

Entretanto, durante a exposição das ideias de Fraser (2006), é ressaltada a importância de considerar de maneira adequada as especificidades do feminismo negro, que frequentemente é subestimado tanto por Fraser como por algumas correntes do feminismo dominadas por mulheres brancas. Embora Fraser mencione o agravamento da questão racial em seu trabalho, é necessário reconhecer que essa abordagem não contempla de forma suficiente as experiências e lutas das mulheres negras. Lélia Gonzalez (2020) destaca a necessidade de abordar a questão racial de maneira profunda, reconhecendo as demandas das mulheres negras, e critica a

³A sigla representa diferentes identidades de gênero e orientações sexuais. Cada letra tem um significado específico: Lésbicas, gays, bissexuais, transgênero, queer, intersexo, assexuais e o símbolo representa a inclusão de outras identidades não especificadas na sigla principal. É importante lembrar que essa é apenas uma das possíveis versões da sigla e pode variar.

⁴Nancy Fraser (2006) aborda a identidade como a forma pela qual os indivíduos se reconhecem e são reconhecidos socialmente, levando em consideração características como gênero, raça, etnia, orientação sexual, classe social, entre outras.

marginalização dessas vozes nas discussões sobre justiça social. Gonzalez enfatizou a importância de considerar as questões psicológicas na vida das mulheres negras, reconhecendo o impacto do racismo em sua subjetividade, gerando sentimentos de inferiorização e desvalorização pessoal. Diante desses apontamentos surge a seguinte pergunta: como podemos conciliar a luta feminista, levando em conta todas as mulheres em suas particularidades?

No segundo capítulo deste trabalho, é dedicado um enfoque ao feminismo negro, sendo a principal referência teórica a Lélia Gonzalez (2020), uma importante intelectual, socióloga e ativista brasileira, reconhecida por sua atuação no feminismo negro e na luta contra o racismo. São abordadas as contribuições de Gonzalez para compreender o papel do racismo estrutural e suas repercussões na vida das mulheres negras. Demonstra-se como o feminismo negro amplia a compreensão das lutas feministas ao considerar as experiências específicas das mulheres negras e os efeitos políticos e sociais das opressões que enfrentam. Apresenta-se os desafios enfrentados pelo feminismo negro em uma sociedade marcada pelo racismo e como essa perspectiva pode contribuir para uma transformação social mais profunda.

Por fim, pretende-se concluir que ignorar o feminismo negro teria consequências negativas, pois limitaria a compreensão das interseccionalidades - as complexas interações entre raça, gênero, classe e outras formas de opressão. Ao negligenciar as experiências das mulheres negras e suas lutas específicas, restringiríamos a possibilidade de uma transformação social mais profunda e inclusiva. O feminismo negro traz à tona questões cruciais relacionadas ao racismo estrutural e suas implicações na vida das mulheres negras, fornecendo uma perspectiva mais abrangente e crítica para o movimento feminista como um todo. Ao reconhecer e valorizar as contribuições do feminismo negro, abrimos caminho para uma justiça social mais abrangente, na qual todas as formas de opressão sejam enfrentadas e superadas.

2 UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PENSAMENTO DE NANCY FRASER

Por muito tempo, desde o advento do capitalismo, a luta de classes foi tema central das preocupações de uma esquerda comprometida com a justiça social. Com o desenvolvimento, aperfeiçoamento e aprofundamento desse modo de produção, a luta preponderante dos sécs. XIX e XX é a luta de classes, sendo a redistribuição de renda e, principalmente, a desprivatização dos meios de produção o centro do debate econômico e social. Havendo uma revolução socialista na Rússia, em 1917, acirraram-se esses debates durante o séc. XX. Em 1989, com a queda do Muro de Berlim, e em 1991, com a derrocada da URSS, o capitalismo venceu, em tese, o socialismo.⁵ No final do século XX, início da era “pós-socialista”, conflitos como a luta pelo reconhecimento das diferenças, tais quais, nacionalidade, etnia, raça, gênero e sexualidade foram ganhando força, coincidindo com a formação de um campo de demandas não contraditórias com a versão neoliberal do capitalismo, perdendo então boa parte do caráter emancipatório, já que se perdem de vista os valores redistributivos. Não obstante, ainda vivemos em uma sociedade desigual⁶.

A filósofa feminista Nancy Fraser (2006) faz um diagnóstico importante: nos “conflitos “pós-socialistas”, a identidade de grupo suplanta o interesse de classe como o meio principal da mobilização política” (FRASER 2006, p. 231). Ou seja, ela percebeu que a era do pós-socialismo tem como ponto marcante o questionamento dos preconceitos relacionados à nacionalidade, à etnia, à raça, ao gênero e à sexualidade. Esses movimentos têm um ideal emancipatório e operam uma forte crítica às injustiças estruturais da sociedade. Entretanto, as questões redistributivas estão sendo esquecidas. Fraser propõe, assim, examinar as relações entre reconhecimento, redistribuição e representatividade. Integrando essas lutas, ela sugere que conseguiremos resolver os problemas de injustiça de nossa era:

Adotando uma análise plenamente tridimensional de injustiça, poderíamos agora integrar de um modo mais equilibrado as dimensões de redistribuição, reconhecimento e representação que se fragmentaram no período anterior. Fundamentando esses aspectos indispensáveis da crítica feminista em um sentido robusto e atualizado da totalidade social, devemos reconectar a crítica feminista à crítica do capitalismo – e assim reposicionar o feminismo diretamente na Esquerda. (FRASER 2009, p. 31.)

⁵ HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. Editora Companhia das Letras, 1995. PINSKY, Carla Bassanezi; PINSKY, Jaime. **História da cidadania**. Editora Contexto, 2007.

⁶ FRASER, 2006.

Assim, faremos uma distinção entre maneiras genéricas de compreender as arbitrariedades. Primeiramente, no que diz respeito aos problemas socioeconômicos, precisamos somente da ideia rudimentar de que a desigualdade é injusta. Nesse sentido, deveríamos ter certo compromisso com a igualdade. A solução para essa injustiça econômica é a reestruturação político-econômica, que pode envolver diversas formas para tratar o problema, como redistribuição de renda, reorganização da divisão do trabalho, controles democráticos do investimento e transformação das estruturas básicas e, embora sejam soluções distintas, Fraser (2006) chamará todas de “redistribuição”.

Em segundo lugar, as injustiças culturais referem-se a padrões sociais de representação, interpretação e reconhecimento. Exemplos dessas injustiças incluem a dominação cultural, o ocultamento e o desrespeito. De acordo com Fraser (2006), o remédio para a injustiça cultural envolve uma mudança cultural ou simbólica, que pode ser alcançada por meio da revalorização das identidades, do reconhecimento e da valorização positiva da diversidade, ou até mesmo pela transformação radical dos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação. Embora essas soluções sejam diferentes, Fraser atribui a todas elas um único nome: "reconhecimento”.

Um exemplo dessa injustiça é o construto social das normas que privilegiam a masculinidade, juntamente com o sexismo, que desqualifica características consideradas femininas. Essas formas de injustiça não se limitam apenas ao desrespeito às mulheres, mas também abrangem todas as formas de dissidências sexuais em relação ao padrão cis-heteronormativo. No entanto, neste contexto, daremos ênfase apenas ao primeiro grupo mencionado. As injustiças e preconceitos resultam em exclusão e marginalização nas esferas públicas, fortalecendo assim a injustiça econômica. Essa desvalorização se manifesta de várias maneiras, como violência sexual, violência doméstica e representação objetificadora e humilhante das mulheres, que as coloca em uma posição inferior.

Lélia Gonzalez (2020) explica que a mulher negra enfrenta uma manifestação mais intensa da inferioridade, o que ressalta a importância de considerar as interseccionalidades, ou seja, as interconexões entre raça, gênero e outras formas de opressão. Fraser (2006) explica as injustiças contra as mulheres de maneira mais geral, pois não se aprofunda nas especificidades e desigualdades enfrentadas pelas mulheres negras. Mas Gonzalez considera que é importante porque as mulheres negras enfrentam desafios únicos, que vão além das questões de gênero e classe. Gonzalez aborda o feminismo negro reconhecendo o impacto psicológico do racismo e trata também de questões sociais e políticas. Em suas análises a historiadora recorre ao pensamento de Franz Fanon (2008), que destaca a experiência de ser negro em uma sociedade

racista. Fanon evidencia a persistente luta da população negra em busca de reconhecimento como iguais, apesar das negações de valor e tentativas de assimilação forçada. Essa batalha representa a busca por dignidade e igualdade em uma sociedade que coloca as pessoas negras em uma posição inferior. No trecho a seguir, o autor expressa a opressão que o negro sofre por não ser branco.

Em outras palavras, começo a sofrer por não ser branco, na medida que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, me extirpa qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que seja um parasita no mundo, que é preciso que eu acompanhe o mais rapidamente possível o mundo branco, “que sou uma besta fera, que meu povo e eu somos um esterco ambulante, repugnantemente fornecedor de cana macia e de algodão sedoso, que não tenho nada a fazer no mundo”.²² Então tentarei simplesmente fazer-me branco, isto é, obrigarei o branco a reconhecer minha humanidade. (FANON 2008, p. 94.).

Retornando à discussão sobre as concepções de justiça, Fraser (2009) trata também da representatividade, uma reivindicação que afirma a necessidade da visibilidade das minorias⁷ na sociedade, apontando os problemas estruturais e discriminatórios de uma sociedade androcêntrica que exclui pessoas negras, mulheres, homossexuais, deficientes etc. O padrão são os homens brancos, colocando as minorias no lugar de desqualificação. Ou seja, as minorias são consideradas hierarquicamente inferiores ao padrão cultural e social dominante. No contexto de representatividade política e institucional, os grupos minoritários são sub-representados ou marginalizados, o que os impede de ter voz e influência significativa nas decisões e políticas que os afetam. Isso resulta em uma falta de diversidade e perspectivas no processo de tomada de decisão, perpetuando desigualdades e ampliando as disparidades sociais.

É importante destacar que os conceitos de reconhecimento e de representatividade propostos por Nancy Fraser possuem semelhanças significativas. Ambos têm o objetivo de combater a invisibilidade e marginalização de grupos oprimidos. Enquanto o reconhecimento busca valorizar a identidade cultural e as contribuições desses grupos, a representatividade busca garantir sua presença e participação nos espaços de poder. Embora tenham sido mencionados separadamente, esses dois conceitos convergem em resultados semelhantes.

Diante da explicação e distinção das arbitrariedades que foram citadas até aqui, Nancy Fraser (2006) estabelece a relação existente entre elas e aponta quais são as interferências mútuas que brotam se reivindicarmos a solução simultânea dos problemas. Lutas por

⁷ A partir do entendimento de que há um padrão cultural e social a ser seguido, ou seja, o modelo europeu ocidental dominante - predominância do homem, branco, rico e intelectual – e que o contrário deste é considerado hierarquicamente inferior, bem como também há uma diversidade de públicos que aflora no contexto societário, grupos compreendidos como historicamente vulneráveis - como negros, mulheres, comunidade LGBTQ's etc., ditos como minorias. (HABERMAS.2020, p. 153.)

reconhecimento e lutas por representatividade com frequência chamam a atenção para alguma especificidade de grupo. Um exemplo de luta por reconhecimento e representatividade é o movimento LGBTQ+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e demais identidades de gênero e orientações sexuais). Esse movimento busca combater a discriminação e o preconceito enfrentados por pessoas não heterossexuais, e ressalta a importância de reconhecer e valorizar a diversidade. Sendo assim, elas promovem uma diferenciação entre os grupos.

Em contraste, lutas por redistribuição buscam a igualdade, sem considerar as particularidades dos grupos identitários, como a luta por igualdade salarial entre homens e mulheres. Essa reivindicação tende a focar apenas nas disparidades salariais médias entre gêneros, resultando em uma homogeneização que suprime as diferenças e necessidades individuais. No entanto, essa abordagem pode negligenciar as desigualdades estruturais e as experiências específicas de cada grupo. Lélia Gonzalez (2020) critica essa generalização, pois reforça as desigualdades ao não considerar as especificidades. Ela defende uma análise que reconheça as interconexões entre raça, gênero e classe social, evitando um discurso abstrato e universal que reflete uma perspectiva masculina e branca. Veja um exemplo de Gonzalez no que se refere à divisão sexual do trabalho:

[...]o feminismo latino-americano perde muito de sua força abstraindo um fato da maior importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região. Lidar, por exemplo, com a divisão sexual do trabalho sem articulá-la com a correspondente ao nível racial é cair em uma espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizante e branco. Falar de opressão à mulher latino-americana é falar de uma generalidade que esconde, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito alto por não serem brancas. (GONZALEZ 2020, p. 142).

Como supracitado, as políticas de reconhecimento e representatividade buscam valorizar as diferenças e particularidades dos grupos, enquanto a política de redistribuição busca uma igualdade genérica, sem considerar essas particularidades, portanto existe uma tensão entre essas abordagens. Como afirma Fraser: “o resultado é que a política do reconhecimento e a política da redistribuição parecem ter com frequência objetivos mutuamente contraditórios.” (FRASER. 2006, p. 233). Muitas pessoas são alvos das três injustiças, e precisam tanto de reconhecimento e representatividade quanto de redistribuição de renda. Como reivindicar todas, já que uma quer dissolver os grupos e as outras valorizam o grupo reconhecendo sua especificidade?

Visto que muitas pessoas sofrem de injustiças híbridas, como, por exemplo, as mulheres, que, em nossa sociedade, sofrem de dificuldade econômica e falta de reconhecimento cultural. Pois, em nossa sociedade, elas são frequentemente ignoradas, subestimadas e desvalorizadas, o que implica em uma negação de suas identidades e contribuições culturais. Não é suficiente

aplicar somente um remédio, é preciso aplicar algo que sane os dois problemas. Se pensarmos na questão de gênero, por exemplo, percebemos que atualmente o gênero estrutura a divisão entre o trabalho produtivo remunerado, que majoritariamente é dado aos homens por meio de uma imposição social, e o reprodutivo e doméstico, não remunerado, que é dado às mulheres pelo mesmo motivo. Dentre os trabalhos remunerados, o gênero também estrutura a divisão, pois os trabalhos com remuneração alta são predominantemente dos homens, isso porque temos aqui modos de exploração econômica e social, marginalizando e explorando as mulheres e, além disso, existe a falta de equiparação salarial mesmo desenvolvendo as mesmas funções. Sem contar as duplas e triplas jornadas em que mulheres atuam no trabalho produtivo e no reprodutivo, pelo qual não são remuneradas. Os trabalhos políticos também são majoritariamente dados aos homens, o que expõe também as injustiças de representatividade. Ou seja, as arbitrariedades se entrelaçam e se reforçam mutuamente. As desvantagens econômicas enfrentadas pelas mulheres limitam sua influência e poder de participação na esfera cultural, enquanto as normas culturais sexistas perpetuam as desigualdades econômicas. Essa relação dialética entre as dimensões do gênero contribui para a compreensão das formas complexas de opressão e desigualdade enfrentadas pelas mulheres na sociedade

O gênero é, em suma, um modo bivalente de coletividade. Ele contém uma face de economia política, que o insere no âmbito da redistribuição. Mas também uma face cultural-valorativa, que simultaneamente o insere no âmbito do reconhecimento. Naturalmente, as duas faces não são claramente separadas uma da outra. Elas se entrelaçam para se reforçarem entre si dialeticamente porque as normas culturais sexistas e androcêntricas estão institucionalizadas no Estado e na economia e a desvantagem econômica das mulheres restringe a “voz” das mulheres, impedindo a participação igualitária na formação da cultura, nas esferas públicas e na vida cotidiana. (FRASER. 2006, p. 234.)

A raça e o gênero são formas de injustiça que se entrelaçam e se reforçam mutuamente. A divisão racial do trabalho reflete a estruturação capitalista, com os negros ocupando empregos de baixa remuneração e status, enquanto os brancos ocupam empregos mais bem remunerados e com maior prestígio. Essa divisão é uma herança do colonialismo e da escravidão, que resultaram em marginalização e privação baseadas na raça. O racismo, junto com as normas que privilegiam os traços brancos, desqualifica e deprecia os negros, manifestando-se em estereótipos e representações humilhantes. Essas injustiças de reconhecimento, representatividade e redistribuição estão interligadas com grupos racialmente marginalizados enfrentando discriminação, exclusão social e desigualdades na distribuição de recursos. De acordo com Fraser (2006), para abordar essas injustiças é importante conceder reconhecimento

positivo aos grupos desvalorizados e políticas que visam reduzir as desigualdades econômicas, além de promover uma distribuição mais equitativa dos recursos.

Uma crítica pertinente à abordagem de Fraser (2006) é que embora ela tenha formulado a tese de que reconhecimento, representação e redistribuição são elementos-chave na luta por justiça social, negligenciou um agravante importante. O racismo, que se manifesta em opressões como falta de representatividade, reconhecimento das especificidades e disparidade econômica, não pode ser reduzido apenas a esses aspectos. Ao não dar um enfoque específico às experiências e opressões vivenciadas pelas mulheres negras, Fraser limitou sua análise e compreensão das desigualdades sociais de forma a elevar condições de mulheres brancas a um estatuto de ordem universal. Além da raça, gênero e classe, outras dimensões de opressão também merecem atenção, como o papel do Estado, a influência das instituições e as questões psicológicas. Ao longo deste trabalho, exploraremos e esclareceremos as influências e impactos desses aspectos.

Lélia Gonzalez (2020), em contraste, trouxe à tona essas lacunas presentes na análise de Fraser. Ela ressalta a importância de considerar não apenas as intersecções de raça, gênero e classe, mas também o impacto do Estado e das instituições na perpetuação das desigualdades. Além disso, Gonzalez enfatizou a necessidade de recorrer a psicanálise, reconhecendo o impacto das experiências de discriminação e opressão na subjetividade das mulheres negras. Sendo assim, a experiência de racismo gera inferiorização e um sentimento de desvalorização pessoal. Como exemplo, temos a alienação dos negros. Para demonstrar esse problema, Gonzalez recorre a uma análise fanoniana, referindo-se ao trabalho do psiquiatra e escritor Frantz Fanon, cujas obras exploram a psicologia do racismo e seus efeitos na construção da identidade negra. Essa abordagem ampliada de Gonzalez nos permite compreender melhor a complexidade das opressões e a necessidade de considerar não apenas as estruturas sociais, mas também as questões psicológicas envolvidas na luta por justiça social.

Numa outra linha de pensamento, mas pondo o dedo na ferida da alienação do negro, encontra-se a dramática figura de Frantz Fanon, o jovem psiquiatra que se destacou na Guerra de Independência da Argélia. Crítico da noção de negritude, escreveu *os condenados da Terra e Pele negra, máscaras brancas*. Este último é uma das mais acuradas análises dos mecanismos psicológicos que induzem o colonizado a se identificar com o colonizador. Na sua perspectiva, a desalienação do negro está diretamente vinculada à tomada de consciência das relações socioeconômicas. (GONZALEZ. 2020, p. 272.)

Fraser (2006) reconhece que as normas racistas e sexistas estão institucionalizadas, mas o peso da discriminação racial é muito grande devido às suas profundas consequências sociais e políticas, e merece uma atenção maior. Isso ocorre porque a discriminação racial vai além de

problemas representativos e preconceituosos. O estado opera pelo racismo, essa diferença biológica “define o que deve viver e o que deve morrer...a morte não deve ser entendida apenas como aniquilação física do indivíduo. A morte política, a expulsão, a rejeição são algumas diferentes formas de se expor à morte.” (OLIVEIRA. 2020, p. 73)

De acordo com Michel Foucault (1999), o racismo não se limita apenas a uma forma de discriminação entre diferentes grupos étnicos, mas também abrange um racismo interno, ou seja, "racismo que a sociedade vai exercer sobre ela mesma, sobre seus próprios produtos; um racismo interno, o da purificação permanente que será uma das dimensões fundamentais da normalização social” (FOUCAULT. 1999. p.73). Sendo assim, a sociedade busca estabelecer padrões e normas que excluem e marginalizam aqueles que não se enquadram nas normas racistas de uma sociedade escravocrata.

Foucault (1999) argumenta que o Estado utiliza tecnologias de poder para perpetuar uma guerra silenciosa contra os negros, por meio de dispositivos de segurança que os marginalizam e levam à sua morte. Primeiramente Foucault entende que morte não é só a física "tudo o que pode ser assassínio indireto: o fato de expor à morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, dentre outros” (FOUCAULT. 1999. p.307). O racismo é considerado um dispositivo de controle que resulta no extermínio das vidas negras. Além disso, de acordo com o filósofo, o discurso que justifica a função assassina do Estado se baseia na ideia de que:

A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura. (FOUCAULT, 1999, p. 305).

O racismo sustenta a ideia de inferioridade, degeneração ou anormalidade de certas raças, resultando na justificativa de sua morte ou opressão como uma forma de melhorar a saúde e a pureza da sociedade. O racismo de Estado atua nesse contexto, utilizando o poder estatal para subjugar e eliminar aqueles considerados racialmente diferentes, perpetuando assim a violência e a discriminação racial. Essa relação entre o discurso estatal⁸, a morte do outro e o racismo revela como as estruturas de poder são fundamentais na manutenção e reprodução das desigualdades raciais. Exemplos práticos desse poder estatal podem ser observados em

⁸ Para Foucault, o discurso vai além da comunicação verbal, é uma prática social que exerce poder ao moldar relações, construir conhecimentos e estabelecer normas. O discurso estatal é uma forma de poder que atua sobre os corpos e subjetividades, estabelecendo hierarquias e reforçando desigualdades sociais. No contexto do racismo, o discurso estatal contribui para a opressão racial ao justificar a exclusão e a violência contra grupos considerados diferentes. Para obter mais detalhes, consulte: Foucault, Michel. A Arqueologia do Saber. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4070132/mod_resource/content/1/FOUCAULT.pdf. Acesso realizado em 07 de junho de 2023.

situações cotidianas, como abordagens policiais seletivas, tratamento diferenciado em espaços públicos, desigualdades no sistema educacional, perfis raciais em abordagens de segurança e discriminação habitacional. Essas situações refletem desigualdades estruturais e privilégios sistemáticos presentes na sociedade

Retomando as discussões de Nancy Fraser (2006), sobre as injustiças de gênero, a contradição entre os remédios de reconhecimento, representatividade e redistribuição está relacionada a forma como abordam a igualdade e a diferença. Enquanto reconhecimento e representatividade valorizam as especificidades dos grupos marginalizados, a redistribuição busca igualdade através da homogeneização social. A abordagem de redistribuição pode negligenciar as desigualdades estruturais e as experiências específicas de cada grupo marginalizado, ao buscar apenas igualar resultados. Por outro lado, conceder apenas reconhecimento e representatividade não é suficiente. Porém de acordo com Fraser (2006), é importante adotar uma abordagem integrada que reconheça a interdependência entre a redistribuição e o reconhecimento, a fim de abordar de forma abrangente as diversas formas de desigualdade presentes na sociedade. Vale ressaltar que existem formas de opressão que não se resolveriam concedendo apenas reconhecimento, representatividade e redistribuição, como pretende-se esclarecer ao longo das discussões tratadas no presente trabalho.

Diante da dificuldade de conciliar reconhecimento, representatividade e redistribuição, Fraser (2006) propõe duas abordagens para corrigir essas injustiças, às quais ela chama de “afirmação” e “transformação”, isto é, remédios afirmativos e transformativos. Trataremos primeiramente sobre a definição de cada um deles, para que em seguida possamos compreender seu funcionamento tanto para o problema da redistribuição quanto para reconhecimento e representatividade.

Os remédios afirmativos para injustiça são aqueles que visam resolver os problemas da desigualdade, mas sem mudar a estrutura social existente, ao contrário dos remédios transformativos, que seriam uma reformulação das estruturas subjacentes. A principal diferença entre esses dois remédios são os efeitos e os processos produzidos.

Caso fossem aplicados remédios afirmativos para injustiças culturais, seria como uma compensação para as injustiças de valorização cultural, mas sem desestabilizar as estruturas e as diferenças engessadas da sociedade. Já os transformativos são aqueles que desconstruem padrões subjacentes, ou seja, transformariam a estrutura e a cultura, o que desestabiliza as identidades e agrupamentos sociais.

Do ponto de vista de um exemplo prático, como no caso do machismo, os remédios afirmativos estão associados com uma política de afirmação que busca afirmar a valorização e

a importância da mulher. Os remédios transformativos, ao contrário, seriam uma desconstrução da dicotomia de noções normativas, de coisas ditas femininas e masculinas. Fraser (2006) afirma que algumas políticas afirmativas tratam a questão de gênero afirmando sua positividade como se subsistisse em si, precisando apenas do reconhecimento. As políticas transformativas diriam que o problema do machismo está vinculado ao fato de ser algo construído, que são os padrões sociais normativos. Sendo assim, o objetivo não é reafirmar a identidade feminina e sim desestruturar a dicotomia de gênero e os padrões impostos por essa diferença. A diferença biológica existe, mas os papéis são construídos e a dominação justificada nesta diferença também. Ou seja, “a questão não é dissolver toda a diferença sexual numa identidade humana única e universal; mas sim manter campo sexual das diferenças múltiplas, não binárias, fluidas, sempre em movimento.” (FRASER. 2006, p. 237.)

Dessa forma, Fraser (2006) defende que os dois remédios servem para solucionar a falta de reconhecimento, mas a diferença é que enquanto os afirmativos tendem a realçar a diferença, o transformativo visa, a longo prazo, desestabilizar. São aplicáveis também os dois remédios para a injustiça econômica. Os afirmativos, de uma perspectiva histórica, são associados em estados com políticas de bem-estar liberal. Esses são consolidados em políticas públicas de compensação, como o auxílio Brasil⁹,

A lógica aqui se aplica à redistribuição afirmativa em geral. Embora essa abordagem vise a compensar a injustiça econômica, ela deixa intactas as estruturas profundas que engendram a desvantagem de classe. Assim, é obrigada a fazer realocações superficiais constantemente. O resultado é marcar a classe mais desprivilegiada como inerentemente deficiente e insaciável, sempre necessitando mais e mais. (FRASER. 2006, p. 238.)

Já os remédios transformativos são o oposto. Historicamente estão vinculados ao socialismo, o qual tem uma visão de transformar a estrutura subjacente, mudando a configuração das relações produtivas, alterando a distribuição de renda e os papéis sociais do burguês e do proletariado.

Fraser (2006) afirma que, ao longo do tempo, os remédios afirmativos podem resultar numa visão errônea de que a classe que recebe auxílios é tratada com regalias. Nesse sentido, discursos meritocráticos irão defini-la como aqueles que não se esforçam, o que reforça injustiças de reconhecimento, representatividade e redistribuição.

Fraser (2006) não coloca um ponto final nessa reflexão, mantendo sobre ela unicamente um ponto de interrogação “qual será a combinação de remédios que funciona melhor para

⁹ Programa de transferência de renda, destinado às famílias pobres.

minimizar, se não para eliminar de vez, as interferências mútuas que surgem quando se busca redistribuição e reconhecimento ao mesmo tempo?” (FRASER. 2006, p. 239.)

Até aqui, esclareceram-se algumas críticas da filósofa a respeito das políticas de reconhecimento e os desafios de combiná-las com políticas de igualdade social. Sendo assim, essa outra tarefa, isto é, a de investigar e de discutir a segunda onda do feminismo dentro de uma sociedade neoliberal, será tratada na seção seguinte.

2.1 A Segunda onda do feminismo e sua promessa emancipatória: o que deu errado?

Atualmente, como foi mencionado, podemos perceber uma crescente onda de discussões a respeito de movimentos de transformação cultural, o que seria motivo de grande comemoração. Apesar desse fenômeno se ver aceito em termos do discurso, ou seja, quando as pessoas presenciam discriminações de gênero, por orientação sexual, por raça e por classe social, muito comumente posicionam-se de maneira contrária, mas na prática institucional parece acontecer o oposto, pois a sociedade ainda perpetua ações discriminatórias. Dito de outro modo, como cita Fraser,

Esta avaliação tem duplo sentido: por um lado, os ideais feministas de igualdade de gênero, tão controversos nas décadas anteriores, agora se acomodam diretamente no *mainstream* social; por outro lado, eles ainda têm que ser compreendidos na prática. Assim, as críticas feministas de, por exemplo, assédio sexual, tráfico sexual e desigualdade salarial, que pareciam revolucionárias não faz muito tempo, são princípios amplamente apoiados hoje; contudo esta mudança drástica de comportamento no nível das atitudes não tem de forma alguma eliminado essas práticas. (FRASER. 2009, p. 13.)

De acordo com Fraser (2009), quando falamos que a valoração cultural mudou, mas as instituições não, cria-se a falsa impressão de que é fácil solucionar o problema, pois basta fazer com que uma alcance a outra. Porém o discurso mudou por uma necessidade do capitalismo, pois o motivo do sistema ter incorporado determinadas lutas feministas, como, por exemplo, a questão da inserção das mulheres no mercado de trabalho, é a multiplicação do lucro, por meio da exploração de mão de obra. Embora incorpore as mulheres, o sistema as explora de forma mais agressiva. Mas o sistema não demandava o reconhecimento de mudanças culturais, ao contrário, ele estimulou certas mudanças culturais objetivando a maximização da mais-valia¹⁰.

¹⁰ Mais-valia é um conceito marxista que se refere ao lucro obtido pelo empregador ao explorar a força de trabalho do trabalhador. É a diferença entre o valor criado pelo trabalho e o valor pago em salários. Para uma melhor compreensão vale a leitura de: MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital*. Tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

Porém, Fraser trata desse problema sem destacar o agravamento disso no que diz respeito às mulheres pretas, pois historicamente elas são mais exploradas. Gonzalez (2020) afirma que as negras são as que mais sofrem com o sistema capitalista, enfrentando as desigualdades do mercado de trabalho e subordinação social e econômica de maneira muito mais intensa, sobretudo pela marca do período histórico da escravidão, cujos efeitos reverberam ainda hoje. E essa reivindicação da 'inserção' no mercado de trabalho surgiu no feminismo branco, pois se limitava a mulheres brancas privilegiadas. Já as negras sempre trabalharam e historicamente enfrentam os trabalhos invisíveis e subordinação social desde os tempos da escravidão.

A pauta de inserção no mercado de trabalho sustentada pelo feminismo branco acabou sendo incorporada pelo capitalismo de forma oportunista. Mesmo entre as mulheres brancas, prevalecem trabalhos de baixa remuneração e cargos de baixo status político e social, e essa situação é muito pior no caso das mulheres negras. Além disso, existe o fato de que na sociedade neoliberal há um estigma de que a renda familiar majoritária é do homem e a da mulher viria mais como um complemento. A estrutura continua a mesma e não houve uma transformação do entendimento de trabalhos ditos femininos, como o trabalho doméstico não remunerado e o cuidado dos filhos.¹¹

As demandas da luta feminista podem ser divididas em três dimensões: econômica cultural e política. Como já foi discutido neste trabalho, de acordo com um ideal de justiça emancipatória, elas deveriam estar alinhadas, mas no processo histórico elas se dividiram. Por uma "astúcia da história", e do capitalismo, as lutas que deveriam ter sempre um ideal de emancipação social foram incorporadas em um sistema caracterizado pela exploração e dominação, e aqueles que ocupam o lugar de classe explorada são predominantemente as minorias.¹²

Para compreender os desafios do feminismo em uma sociedade neoliberal é importante uma contextualização do surgimento dessa segunda onda do feminismo em um cenário capitalista organizado pelo estado¹³. Fraser (2009) elabora a hipótese de que ocorreu uma cooptação das políticas de reconhecimento pelo "novo espírito do capitalismo"¹⁴, isto é,

¹¹FRASER, 2009.

¹²Idem.

¹³ Por capitalismo organizado pelo estado ela quer dizer: "formação social hegemônica na era do pós-guerra, uma formação social na qual os estados exercem um papel ativo em conduzir as suas economias nacionais." (FRASER 2009, p.15.)

¹⁴Para obter uma compreensão mais aprofundada recomenda-se a leitura do Livro: "O novo espírito do capitalismo" de Boltanski e Chiapello (2009), os autores exploram como o capitalismo se renova ao ressignificar críticas anticapitalistas, atribuindo-lhe uma nova significação moral para motivar as gerações futuras. Eles analisam como o espírito que legitima o atual capitalismo neoliberal foi adaptado da crítica artística da Nova Esquerda ao capitalismo estatal, revelando as questões de conformismo corporativo.

agregaram as reivindicações sobre valorização e respeito às identidades e diferenças culturais, que atualmente estão sendo bem aceitas, para promover seus interesses, que são: acumulação de capital, lucro, crescimento econômico, entre outros. A segunda onda do feminismo surgiu com uma forte promessa emancipatória, no que diz respeito ao reconhecimento e às amarras do capitalismo, mas que se teria perdido ao longo do processo.

É importante situar essa trajetória do feminismo em relação às recentes transformações do mundo capitalista. Ao examinar as circunstâncias contemporâneas, podemos mencionar alguns exemplos dessas mudanças, como o uso comercial da representação feminina na publicidade, que muitas vezes reforça estereótipos, tais como a objetificação ou a limitação a papéis tradicionais de gênero, e promove uma visão superficial da emancipação das mulheres, sugerindo que a igualdade de gênero pode ser alcançada apenas por meio do consumo de determinados produtos ou da adesão a certas imagens e estilos de vida. Podemos notar também que atualmente as empresas adotam estratégias de marketing voltadas para a diversidade e inclusão.

Há um descontentamento forte de Nancy Fraser (2009) em relação ao relativo sucesso cultural em contrapartida com o fracasso institucional. As instituições estão defasadas se comparadas com a cultura, sendo assim, foi possível observar que a segunda onda não transformou as instituições. O que se transformou, entretanto, foi a organização social do capitalismo pós-guerra, o qual promoveu uma fragmentação da luta feminista tanto interna quanto na pauta crítica do capitalismo.

Fraser (2009) afirma que enquanto a cultura tem evoluído para se tornar mais inclusiva, as instituições políticas e econômicas permaneceram seletivas e continuam a reproduzir padrões de desigualdade e opressão. A cultura contemporânea, ademais, tem se sensibilizado facilmente com a diversidade de experiências e identidades, incluindo as de gênero, raça, sexualidade, aumentando a visibilidade das experiências marginalizadas e a criação de novas formas de expressão cultural que desafiam as normas estabelecidas.

Apesar de toda aceitação social diante do discurso inclusivo e conseqüentemente uma evolução cultural, as instituições políticas e econômicas, como o sistema eleitoral, o mercado de trabalho e as estruturas de poder empresarial, continuam a operar com base em valores que não correspondem a essa diversidade cultural. Isso leva a um descompasso entre as demandas culturais das pessoas e as respostas institucionais. Essa desconformidade tem sido um dos maiores desafios para os movimentos sociais que se preocupam com a promessa emancipatória que era o alicerce da segunda onda do feminismo. Os movimentos muitas vezes enfrentam barreiras institucionais que impedem a implementação de políticas e práticas mais inclusivas.

Além disso, as falsas mudanças impedem uma progressão real para uma sociedade justa. Cabe, então, às seguintes perguntas: Como o capitalismo incorporou lutas emancipatórias? Como a cultura progrediu e as instituições não?

A segunda onda do feminismo surgiu em meio ao capitalismo organizado pelo Estado, ou seja, contexto social no qual os governos têm um papel ativo na condução das economias nacionais. Havia uma forte influência estatal na organização e coordenação da economia, afetando os processos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Nesse sentido, existem quatro características que compõem a cultura política do capitalismo, quais sejam: Economicismo, Androcentrismo, Estatismo e Westafalianismo.¹⁵

Primeiramente, Nancy Fraser (2009) compreende que o economicismo tem uma interpretação que reduz as questões sociais a problemas econômicos, enfatizando a importância do mercado e da economia na organização da sociedade e negligenciando outros fatores importantes. Entretanto, as feministas da segunda onda identificaram o quão exclusivista era a ideia do economicismo. Embora muitos problemas estejam relacionados à ordem econômica, nem todos se restringem a ela. As injustiças de gênero estão presentes no cotidiano, na família e em várias esferas da sociedade, como na educação, no trabalho, na mídia e cultura, na saúde e no espaço público.

Dessa forma, ao criticar a visão restrita do economicismo, é possível também questionar a ênfase conferida por Fraser (2009) às questões redistributivas em contraposição à escassa discussão acerca da raça. Essa crítica busca enfatizar a importância de considerar as interseções entre raça, gênero, classe e outras formas de opressão. Lélia Gonzalez (2020) apontou que algumas correntes feministas apresentam uma lacuna na consideração das experiências e opressões vivenciadas pelas mulheres negras. Essa falta de atenção às realidades específicas é problemática, pois reduzir todas as desigualdades a questões econômicas equivale a negar a existência do racismo e sexismo. A autora também expressou seu descontentamento com grupos de esquerda que, embora afirmem preocupação com a emancipação de forma geral, às vezes deixam de reconhecer e abordar adequadamente as lutas das mulheres negras. Ela afirma:

Vale a pena notar que mesmo as esquerdas absorveram a tese da 'democracia racial', na medida em que suas análises sobre nossa realidade social nunca vislumbraram algo além das contradições de classe (Gonzalez, 2020, p. 144).

Apesar do entendimento de que era necessário um feminismo interseccional abrangente, houve uma resignificação da luta, pois aparentemente aconteceu uma mudança cultural na

¹⁵ FRASER, 2009.

política capitalista, a qual transformou o feminismo da segunda onda em uma política meramente de identidade e, dessa forma, as questões sociais caíram no esquecimento, o que foi extremamente favorável para o capitalismo neoliberal. Isso significa que ao focar nas questões de identidade, o feminismo da segunda onda deixou de abordar algumas questões sociais, como desigualdade econômica, exploração laboral e distribuição de recursos. Dessa forma, o capitalismo pôde se adaptar às demandas por inclusão e diversidade, sem comprometer sua lógica de acumulação de riqueza e manutenção das desigualdades sociais. Ou seja, “um economicismo truncado por um culturalismo truncado” (FRASER 2007, p. 219).

Já no que se refere ao segundo ponto, o androcentrismo coloca a perspectiva masculina no centro e silencia outras, como as das mulheres ou de outras minorias. A essência deste sistema está na divisão sexista do trabalho. Para Fraser (2006), essa perspectiva androcêntrica é um fator importante na perpetuação das desigualdades sociais e econômicas entre homens e mulheres. A luta contra o androcentrismo foi ressignificada também, porque se antes o padrão vigente era do homem, pai de família, assalariado, houve um desejo por parte das mulheres brancas dos trabalhos assalariados e essa pauta foi “comprada” pelo neoliberalismo, porém não com o intuito de emancipar as mulheres, mas o de abranger a mão de obra disponível no mercado. Contudo, as mulheres continuam responsáveis por trabalhos “invisíveis”, os produtivos, isto é, atividades domésticas, e os reprodutivos, como o cuidado e criação dos filhos, os quais são desvalorizados e, principalmente, não remunerados.

Nesse sentido, é fundamental ressaltar a realidade das mulheres negras. Embora Fraser (2009) não tenha abordado adequadamente as demandas do feminismo negro, é importante reconhecer as realidades e lutas contra a opressão racial e de gênero. O feminismo negro busca não apenas a libertação das mulheres negras, mas também a transformação de toda a sociedade. Ele aborda as interseções entre raça, gênero e classe, reconhecendo a importância de enfrentar o racismo. O racismo é uma forma de injustiça particularmente problemática devido à sua natureza estrutural e sistêmica. Ele permeia todos os aspectos da sociedade, afetando as relações interpessoais, as instituições e as políticas públicas. Essa forma de injustiça é profundamente enraizada nas bases da sociedade e é reproduzida ao longo do tempo.¹⁶ Portanto, é essencial enfrentar o racismo para buscar uma sociedade mais justa. As mulheres negras, além de lidar com as demandas do trabalho remunerado e das responsabilidades domésticas, enfrentam o peso das opressões e desigualdades estruturais decorrentes do racismo e do sexismo. Além

¹⁶ GONZALEZ, 2020.

disso, frequentemente, as lutas e demandas das mulheres negras são enquadradas em padrões modernos que as retratam como mães solteiras, chefes de família desestruturadas que se dedicam ao resgate de jovens criminosos. Ou seja, uma “articulação de raça, gênero, classe e território, em que os fracassos das políticas públicas são revertidos em fracassos individuais.” (AKOTIRENE.2019, pg.36)

Por um lado, o Neoliberalismo apoiou as casas chefiadas por mulheres, pois, por meio de mecanismos de *marketing* reforça a ideia de que as mulheres são capazes de conciliar o trabalho remunerado e as responsabilidades domésticas. No entanto, é importante ressaltar que esse sistema não responsabiliza os homens que abandonam seus filhos. Essa dinâmica cria uma sobrecarga para as mulheres.

Outro fator que pode ter contribuído com a apropriação do capitalismo por lutas de reconhecimento é a presença de preconceitos dentro dos grupos de esquerda, que seriam aqueles que deveriam estar “nadando” contra a corrente do androcentrismo sistêmico.

[...]as feministas da segunda onda tinham também que confrontar o sexismo dentro da Esquerda. Para as feministas liberais e radicais, isto não colocou qualquer problema especial; elas poderiam simplesmente se tornar separatistas e abandonarem a Esquerda. Para as feministas socialistas, as feministas anti-imperialistas e as feministas de cor, ao contrário, a dificuldade era confrontar o sexismo dentro da Esquerda e permanecer parte dela. (FRASER 2009, p. 19.)

Um outro termo provindo do capitalismo é o Estatismo que é uma forma de capitalismo organizado pelo Estado. Esse sistema permite que as elites políticas e econômicas promovam seus próprios interesses, implementando políticas públicas que os beneficiem. Há um abismo muito grande entre a teoria e a prática estatal para resolver os problemas sociais. Ainda que em termos do discurso a ideia tenha mudado de que os cargos políticos são somente dos homens brancos, a prática permanece. A sociedade continua elegendo-os majoritariamente e eles não estão preocupados com as minorias. É importante questionar se é adequado Fraser (2009) mencionar o Estatismo sem abordar a negligência do Estado diante da violência enfrentada pelas mulheres negras. O racismo, que não se restringe apenas a questões de raça, classe social ou gerações, é um dispositivo de controle que resulta no extermínio das vidas negras, perpetuado por meio de tecnologias de poder estatais¹⁷. Portanto, não seria negligente falar sobre o Estatismo sem mencionar a situação dos negros, que são as principais vítimas do Estado. Suas queixas são estigmatizadas devido à associação com espaços considerados perigosos. O machismo contribui para a impunidade dos agressores, que ocupam posições de poder. Os

¹⁷ Foucault, 1999.

pedidos de ajuda são desvalorizados, invalidando suas demandas por justiça. Esses elementos demonstram como as mulheres negras enfrentam múltiplas formas de opressão e marginalização, que se entrelaçam e se reforçam mutuamente.¹⁸

De acordo com a posição da Fraser (2009) a luta feminista deve se voltar contra esse sistema estatista e capitalista, buscando construir um Estado democrático e participativo com valores feministas. O intuito, dessa forma, não era o de destruir as instituições estatais e sim “transformá-las em agências que promoveriam, e de fato expressariam, justiça de gênero” (FRASER 2009, p. 20). Contudo, o neoliberalismo também ressignificou o antiestatismo se havia uma “perspectiva que visava originalmente transformar o poder estatal em um veículo de empoderamento dos cidadãos e da justiça social é agora usada para legitimar a mercantilização e a redução de despesas do Estado” (FRASER 2009, p. 27).

O quarto e último conceito, o Westfalianismo¹⁹, se originou no Tratado de Westfália de 1648. Os seus princípios incluem a ideia de que os Estados têm controle exclusivo sobre seu território e não devem interferir nos assuntos internos de outros Estados. Segundo Fraser (2009), essa restrição de interferência tem consequências para as questões de justiça social e política, pois é usado para justificar a exclusão das minorias. O que é péssimo para as mulheres e para a parcela marginalizada da sociedade, pois as regras do Westfalianismo frequentemente inviabilizam a participação desses grupos nas discussões sobre direitos humanos. Mas os movimentos a favor das lutas por reconhecimento reivindicavam direitos transnacionais, como afirma Fraser (2009):

Do mesmo modo, os movimentos que lutam por reconhecimento, cada vez mais, olham além do Estado territorial. Sob o slogan “os direitos das mulheres são direitos humanos”, por exemplo, as feministas estão, ao redor do mundo, vinculando as lutas contra as práticas patriarcais locais a campanhas de reforma da legislação internacional. Ao mesmo tempo, minorias religiosas e étnicas, que sofrem discriminação dentro dos Estados territoriais, estão se reconstituindo em diásporas e construindo públicos transnacionais a partir dos quais mobilizam a opinião internacional. Finalmente, coalizões transnacionais dos ativistas dos direitos humanos buscam construir novas instituições cosmopolitas, tais como a Corte Internacional de Justiça, capazes de punir violações dos Estados à dignidade humana (FRASER 2009, p. 15.).

A luta internacional por direitos favoreceu as mulheres, pois elas focaram bastante em questões sobre violência e de reprodução, contudo se esqueceram de pautas relacionadas à redistribuição de renda, que estão interligadas, como afirma Fraser (2009). As feministas da

¹⁸ Carla Akotirene, 2019.

¹⁹ O termo “Westfaliano” refere-se ao Tratado de 1648, que estabeleceu alguns aspectos principais do sistema estatal internacional moderno (FRASER 2009, p.12.).

segunda onda identificaram e denunciaram esses quatro problemas²⁰ que contribuem para a desvalorização da mulher. Por uma astúcia do capitalismo neoliberal, porém, o feminismo que teria nascido com uma promessa emancipatória e completa, acabou caindo na “arapuca” de reivindicar quase que somente reconhecimento e se esqueceram das pautas sociais relacionadas à pobreza que contribuem para o lugar de subordinação das minorias.

O que começou como uma tentativa saudável para ampliar o escopo de justiça além do Estado-nação acabou se encaixando em certos aspectos com as necessidades administrativas de uma nova forma de capital. Em geral, então, o destino do feminismo na era neoliberal apresenta um paradoxo. Por um lado, o movimento contracultural relativamente pequeno do período anterior se expandiu exponencialmente, disseminando com sucesso suas ideias pelo mundo. Por outro lado, as ideias feministas se submeteram a uma mudança sutil de validade no contexto alterado. Claramente emancipatórias no período do capitalismo organizado pelo Estado, as críticas ao economicismo, ao androcentrismo, ao estatismo e ao Westfalianismo agora aparecem cheia de ambiguidades, suscetíveis a servir as necessidades de legitimação de uma nova forma de capitalismo. Afinal de contas, este capitalismo preferiria confrontar mais as reivindicações para o reconhecimento e não as reivindicações para a redistribuição, na medida em que constrói um novo regime de acumulação sobre a pedra angular do trabalho assalariado das mulheres, e busca separar os mercados de uma regulamentação social a fim de operar ainda mais livremente em uma escala global. (FRASER 2009, p. 28.)

Segundo Fraser (2009), o capitalismo se vale de pautas identitárias para se fortalecer, o que podemos observar assistindo a comerciais em horário nobre, reivindicando reconhecimento identitário, o que há pouco tempo, mesmo em uma sociedade preconceituosa, não existia. Ao contrário, muitos deles reforçaram alguns preconceitos, como no caso de comerciais de cerveja que utilizavam a imagem de mulheres seminuas de forma sexualizada e objetificadora. A apropriação de lutas identitárias foi particularmente estratégica para uma política neoliberal, pois agora conta com o apoio de boa parte da esquerda e das mulheres. Sendo assim, ao incorporar estrategicamente exigências identitárias em suas propagandas, o neoliberalismo consegue ocultar seus reais objetivos, como a busca pelo lucro, a expropriação e a alienação da sociedade por meio da divulgação de produtos que aparentam estar alinhados com essas questões.

Como exemplo do que citamos anteriormente, podemos trazer uma propaganda do grupo econômico *O Boticário*²¹, que em 24 de maio de 2015 lançou um comercial publicitário que mostrava diferentes tipos de casais, heterossexuais e homossexuais, o que gerou muita repercussão na época. A empresa pôde contar com o apoio positivo de Jean Wyllys (PSOL-RJ), militante de esquerda, que publicou duas postagens em redes sociais comentando a propaganda,

²⁰ Economicismo, Androcentrismo, Estatismo e Westfalianismo.

²¹ Empresa de cosméticos e perfumes brasileira.

os quais obtiveram, juntos, 61,4 mil curtidas e 4,1 mil compartilhamentos²². Sendo assim, foi uma boa divulgação do produto de uma empresa por parte de um membro de esquerda. Considerando o contexto apresentado, é possível sugerir que a empresa *O Boticário*, ao veicular uma propaganda que abordava diferentes tipos de casais, tanto heterossexuais quanto homossexuais, buscou obter uma boa divulgação do produto. No entanto, é importante questionar até que ponto o apoio às causas LGBTQIA+ foi de genuíno impacto social e político ou se se tratou apenas de uma estratégia de marketing para impulsionar as vendas.

Antes de encerrar a análise da trajetória da segunda onda do feminismo, em contrapartida com a ascensão do capitalismo e a cooptação de lutas identitárias, é relevante ressaltar que Fraser (2009) não deu a devida importância ao feminismo negro em sua análise. A questão racial desempenha um papel significativo no agravamento das desigualdades do capitalismo, devido ao histórico de escravidão e opressão racial. Além disso, é um equívoco ignorar a questão racial. O movimento negro, como herdeiro de uma longa resistência e luta contra a opressão racial e exploração econômica, possui um potencial revolucionário único ao desmascarar a lógica da dominação capitalista²³.

Quando falamos sobre o movimento negro, estamos nos referindo a um complexo de organizações e instituições herdeiras de um longo processo histórico de resistência panafricanista e de luta por libertação da comunidade afro-brasileira, sujeita a condições extremas de exploração econômica e opressão racial. E, devido ao fato de enfrentarem o racismo e suas práticas, elas levam às últimas consequências o processo de desmascarar a lógica da dominação capitalista. Por esse motivo, o movimento negro tem um potencial revolucionário muito mais rico do que outros movimentos semelhantes que também se propõem lutar por uma sociedade justa e igualitária. (GONZALEZ.2020, pg.71)

Lélia Gonzalez (2020) destacou que a escravidão estabeleceu uma estrutura de exploração econômica baseada na raça, na qual pessoas negras foram subjugadas e tratadas como propriedade. Essa história deixou marcas profundas na sociedade, resultando em desigualdades persistentes. A visão de Lélia Gonzalez sobre feminismo negro oferece uma análise esclarecedora sobre essa questão. Ela aponta que as mulheres negras são frequentemente relegadas a posições de precariedade, enfrentando dificuldades em acessar oportunidades econômicas, educação, moradia e serviços de saúde, entre outras. As mulheres negras enfrentam desigualdades econômicas, sociais e políticas agravadas pelo capitalismo.

²²Ana Bárbara Camargo Klenk Serra. " EFEITO BOTICÁRIO: REPERCUSSÃO TRANSMIDIÁTICA E MINORIAS COMO POSICIONAMENTO DE MARCA ". UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa. Setembro de 2016. Disponível em: [ana.pdf (unipampa.edu.br)]. Acesso em: 25 de maio de 2023.

²³ Gonzalez, 2020.

Uma das perguntas que impulsionou a discussão até aqui foi “Como a cultura progrediu e as instituições não?”. A pensadora Nancy Fraser trata dessas questões em seu texto “*Reconhecimento sem ética?*”, ela afirma que não resolve essa “mudança cultural” sem uma respectiva mudança institucional, em outras palavras:

Tomados em conjunto, esses dois níveis constituem uma dupla exigência para reivindicações por reconhecimento cultural. Reivindicantes devem mostrar, primeiro, que a institucionalização das normas culturais da maioria nega-lhes a paridade participativa e, segundo, que as práticas cujo reconhecimento eles buscam não nega a eles mesmos a paridade participativa, a alguns membros do grupo bem como a não-membros. Para o modelo de status, ambas as exigências são necessárias; nenhuma delas sozinha é suficiente. Somente as reivindicações que cumprem as duas exigências são merecedoras de reconhecimento público. (FRASER 2007, p. 129.)

Na tentativa de responder como “alcançamos” uma suposta mudança cultural, em contraposição a mudanças institucionais, levantaremos brevemente algumas hipóteses. A primeira delas é a de que não houve uma mudança real na cultura. A sociedade atual é marcada por formas de discriminação de certa parte da sociedade, que foi naturalizada ao longo dos anos, e essa desigualdade é refletida nas instituições. Mesmo com discursos favoráveis às minorias e lutas identitárias, é importante reconhecer que nem sempre há correspondência entre o discurso e a prática. Isso significa que ações e atitudes no dia a dia e principalmente nas instituições podem não ser efetivadas. Um exemplo disso é o parlamento brasileiro que apesar do aumento no número de mulheres, negros e jovens na nova Câmara dos Deputados, a sua composição ainda não reflete a população brasileira²⁴, manifestando a discriminação, que também enxergamos em situações cotidianas como entrevistas de emprego e escolhas de candidatos.

A segunda hipótese é a de que a cultura pode mudar de forma mais rápida, pois se trata de um processo mais fluido do que a mudança institucional. Por exemplo, as mudanças culturais podem ocorrer a partir de movimentos sociais. Ao contrário, as instituições políticas e econômicas geralmente são mais resistentes à mudança, porque são baseadas em estruturas de poder e interesses. Em todo caso é difícil pensar algumas questões como algo meramente cultural, alguns padrões normativos servem para manutenção de mecanismos sociais de regulação que estão intrinsecamente ligados às estruturas políticas e econômicas. Nesse caso,

²⁴ Em 2019 uma reportagem mostrou que a representação feminina na Câmara dos Deputados aumentou de 10% para 15%, com 77 mulheres eleitas entre os 513 deputados. No entanto, esse número ainda está distante da proporção de mulheres na população brasileira, que é de 51,5%. Quanto à representação dos negros, 24,3% dos deputados se autodeclararam negros, enquanto a população brasileira é composta por 54,9% de negros. Os brancos representam 75% dos membros da Câmara. Para maiores informações veja: Agência Câmara de Notícias. "Composição da nova Câmara dos Deputados ainda está em descompasso com as estatísticas da população brasileira". Agência Câmara de Notícias. 12 de outubro de 2022. Disponível em: [Nova composição da Câmara ainda tem descompasso em relação ao perfil da população brasileira - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)]. Acesso em: 25 de maio de 2023.

destaca-se aqui o texto *Meramente cultural*, de Judith Butler, no qual ela exemplifica como essas questões não podem ser reduzidas a meros problemas culturais, mas devem ser compreendidas como estruturas políticas e econômicas amplas, como Butler demonstra no trecho a seguir:

Tome-se, por exemplo, aquelas instâncias nas quais lésbicas e gays são rigorosamente excluídos das noções de família sancionadas pelo Estado (que, segundo as leis de imposto e propriedade, forma uma unidade econômica); detidos na fronteira; considerados inadmissíveis à cidadania; têm seletivamente negado o status de liberdade de expressão e de associação; têm o direito negado, como membros do exército, de falar sobre seus desejos; ou são desautorizados por lei a tomar decisões médicas emergenciais a respeito de um companheiro à beira da morte, a receber as propriedades de um parceiro morto, ou a receber do hospital o corpo de um parceiro morto – estes exemplos não indicam a “sagrada família” mais uma vez restringindo as vias pelas quais os interesses de propriedade são regulados e distribuídos? Isso é simplesmente a circulação de atitudes culturais difamatórias ou tais privações marcam uma operação específica de distribuição sexual e de gênero de direitos legais e econômicos? (BUTLER 2016, p. 241.)

Por outro lado, é notável que há uma preferência histórica por parte das pessoas brancas em manter uma posição de superioridade em relação aos negros. É mais confortável, para a sociedade que tem um padrão normativo²⁵, ver mulheres, negros e homossexuais ocupando os mesmos espaços, desde que permaneçam subordinados às normas culturais estabelecidas. Essas pessoas são mantidas afastadas de cargos de destaque, do poder público e político, de acordo com os padrões normativos preestabelecidos. Essa realidade nos permite compreender a distância cultural existente nas instituições

Neste capítulo, vimos algumas mudanças ocorridas nas teorias feministas, que passaram de uma perspectiva voltada para a igualdade no trabalho para uma ênfase na desigualdade cultural e identitária. Essa mudança ampliou o escopo das lutas feministas ao abordar questões de representação e diferença. No entanto, é importante reconhecer o risco de que as demandas por reconhecimento possam substituir, em vez de complementar, as lutas por redistribuição, especialmente no contexto do neoliberalismo em ascensão.

É nesse ponto que a filósofa Nancy Fraser (2007) destaca a importância da unificação das lutas para alcançar uma sociedade justa. Segundo ela, “Apenas olhando para abordagens integrativas que unem redistribuição e reconhecimento, nós podemos alcançar as exigências da justiça para todos” (FRASER.2007, pg. 137). No entanto, é necessário refletir sobre até que ponto a abordagem de Fraser leva em consideração as especificidades e opressões enfrentadas

²⁵ Existem padrões normativos que variam de acordo com diferentes contextos culturais, geográficos e sociais. Esses padrões geralmente valorizam a heterossexualidade, cisgeneridade, masculinidade, brancura e classe social privilegiada. No entanto, há movimentos em busca de maior diversidade, inclusão e igualdade, que questionam e buscam desconstruir essas normas estabelecidas.

pelas mulheres negras. Seriam as experiências das mulheres negras adequadamente contempladas dentro desse quadro teórico?

Nancy Fraser (2006) foca principalmente em redistribuição, reconhecimento e representação, mas essa abordagem pode amenizar a interação estrutural e as complexidades políticas e legais das opressões interseccionais? Ao não dar a devida ênfase ao feminismo negro, a análise de Fraser deixa lacunas significativas ao não abordar adequadamente as experiências e demandas das mulheres negras. Isso resulta na perpetuação da marginalização e exclusão dessas vozes essenciais na luta por justiça social.

Carla Akotirene (2019), pesquisadora do feminismo negro no Brasil, destaca a importância de uma análise mais aprofundada das interseções entre raça, gênero, classe e outras formas de opressão, indo além das pautas identitárias e econômicas. Akotirene afirma que: “a interseccionalidade é, antes de tudo, uma lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais” (AKOTIRENE.2019, pg. 35). Sendo assim, no intuito de unir as lutas, não devemos nos furtar a discutir pautas importantes. É importante garantir que nenhuma opressão seja negligenciada ou substituída em busca da justiça social.

3 O FEMINISMO NEGRO E A LUTA PELA JUSTIÇA DE GÊNERO E RAÇA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE LÉLIA GONZALEZ

Com base nas explicações do capítulo anterior, podemos pensar que a unificação das lutas, conforme defendido por Nancy Fraser, se mostra fundamental para enfrentar alguns desafios sistêmicos e construir uma sociedade mais justa. Contudo, a questão racial não pode ser reduzida exclusivamente a pautas identitária e econômicas. A inclusão de mulheres, pessoas negras e outras minorias deve buscar uma transformação das estruturas opressivas que perpetuam desigualdades. É alarmante a maneira como o racismo está enraizado na sociedade atual, e é negligente abordar esse problema apenas como uma questão de reconhecimento ou redistribuição. Neste capítulo serão explorados os aspectos relacionados à necessidade e importância de um feminismo que leve em consideração as experiências e realidades específicas das mulheres negras, analisando questões de gênero, raça e classe. O intuito é aprofundar a compreensão e fornecer subsídios para analisar a urgência de promover uma perspectiva feminista justa e integradora.

Diariamente somos confrontados com eventos perturbadores que vão desde "brincadeiras" que fazem referência à escravidão, como o exemplo do nefasto jogo intitulado "Simulador de escravidão"²⁶, até a violência de Estado que resulta em mortes, conforme analisado por Foucault (1999), no capítulo anterior. Essas ocorrências nos levam a refletir sobre o racismo estrutural presente na sociedade. É crucial destacar a materialidade e o peso dessas relações, que envolvem instituições e que fica muito amenizado quando se fala simplesmente de "preconceito". Nas palavras de Franz Fanon: "O problema negro não se limita ao dos negros que vivem entre os brancos, mas sim ao dos negros explorados, escravizados, humilhados por uma sociedade capitalista." (FANON 2008, p. 169). É importante ressaltar a estrutura opressora e exploradora imposta por um sistema capitalista e colonial, que afeta desproporcionalmente os negros, nesse sentido a luta racial é parte de um movimento maior contra a opressão e a exploração sistêmica, transcendendo as questões raciais isoladamente.

Lélia Gonzalez (2020) explica que o racismo vai além das opressões externas impostas pelo Estado e pela sociedade. Por meio da psicanálise, Gonzalez evidencia como a vivência do racismo pode levar os indivíduos a uma negação de si mesmos, à internalização de estereótipos e ao enfraquecimento de sua autoestima e identidade. Antes de adentrar nas questões

²⁶ Para maiores informações consulte: Folha de S.Paulo. (2023, maio). Loja do Google disponibiliza jogo chamado 'Simulador de Escravidão'. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/05/loja-do-google-disponibiliza-jogo-chamado-simulador-de-escravidao.shtml>

mencionadas anteriormente, é importante fazer uma contextualização e abordar outras contribuições de Gonzalez, a qual argumenta que não pode haver um feminismo verdadeiramente justo sem um alinhamento com as questões raciais, e ao longo de seus escritos ela explora o sofrimento das mulheres afrodescendentes. Pois, mesmo diante das múltiplas desigualdades que afetam as brancas, como gênero e classe, elas ainda gozam do fato de serem brancas. Além das particularidades citadas no capítulo anterior, é possível realizar uma análise crítica de outros fatores, os quais evidenciam a importância de considerar as questões raciais no contexto do feminismo.

Gonzalez (2020) foi uma intelectual brasileira pioneira ao criticar o feminismo hegemônico, na sua perspectiva o feminismo branco é um movimento que muitas vezes silencia as condições específicas de opressão enfrentadas pelas mulheres negras. O feminismo branco tende a focar principalmente nas questões de gênero, deixando de lado ou minimizando as experiências e lutas raciais das mulheres negras. Essa lacuna ocorre porque o feminismo branco muitas vezes é moldado por perspectivas e experiências dominantes, que refletem as estruturas de poder da sociedade em que vivemos.

Ao falar sobre feminismo, é importante reconhecer que diferentes grupos de mulheres têm experiências distintas e enfrentam desafios específicos de acordo com sua raça, classe social, orientação sexual, entre outros aspectos. Espera-se das mulheres brancas a consciência de seu privilégio racial e evitar impor sua perspectiva como universal ou negligenciar as experiências de mulheres de outros grupos. Nesse sentido, podemos questionar o *lugar de fala* de Nancy Fraser (2009). A teoria sobre *lugar de fala* é desenvolvida por Djamila Ribeiro (2017), a qual reconhece que saber o *lugar de fala* significa reconhecer as influências e privilégios associados à nossa posição social. Isso nos ajuda a compreender as hierarquias e desigualdades existentes na sociedade, como pobreza, racismo e sexismo.

Ao marcar o *lugar de fala*, buscamos trazer à tona realidades que foram consideradas implícitas ou negligenciadas pela normatização hegemônica. Fraser (2009) trata de certos assuntos relacionados ao feminismo que também estão intrinsecamente ligados ao feminismo negro, mas que são amenizados quando analisados apenas sob a perspectiva da falta de reconhecimento e igualdade de classe. É essencial reconhecer e respeitar o *lugar de fala* das mulheres negras, permitindo que compartilhem suas experiências, discutam questões que afetam suas vidas e reivindiquem poder e influência na definição da agenda feminista. Vejamos a seguir uma passagem de Djamila Ribeiro.

A nossa hipótese é que a partir da teoria do ponto de vista feminista, é possível falar de lugar de fala. Ao reivindicar os diferentes pontos de análises e a afirmação de que um dos objetivos do feminismo negro é marcar o lugar de fala de quem as propõem,

percebemos que essa marcação se torna necessária para entendermos realidades que foram consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica. (RIBEIRO 2017, p.34)

A marcação do *lugar de fala* é necessária para ampliar a compreensão do feminismo e torná-lo mais inclusivo. Isso permite considerar diferentes perspectivas e valorizar as experiências das mulheres de grupos marginalizados. Em sua teoria feminista, Fraser (2009) deveria abordar o feminismo negro para uma análise mais completa e sensível das questões de gênero, reconhecendo a importância de dar voz às diversas experiências das mulheres em sua luta por igualdade e justiça.

No feminismo branco, surgem debates que revelam interesses diversos e até mesmo conflitantes. Um exemplo elucidativo dessa dinâmica pode ser observado na obra *Mulheres, Raça e Classe*, de Ângela Davis (2016). Neste livro, Davis apresenta duas perspectivas distintas que trazem à tona a subordinação das questões raciais e de classe em determinados momentos e contextos. Ela aborda a realidade dos Estados Unidos no século XIX, destacando divergência entre Frederick Douglass e as líderes do movimento pelos direitos das mulheres, representadas por Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony, em relação ao sufrágio feminino durante o período pós-guerra nos Estados Unidos. Douglass enfatiza a importância do voto para a população negra como uma medida de sobrevivência diante da violência e da luta contínua pela libertação. Por outro lado, as mulheres brancas de classe média veem o sufrágio como um fim em si mesmo, sem considerar as condições específicas de opressão enfrentadas pelas mulheres negras. Davis destaca a contradição de algumas líderes feministas, como Susan B. Anthony, que elogia políticos defensores da supremacia branca, pois é contra os princípios emancipatórios que o feminismo busca alcançar. Essa divergência reflete as diferentes perspectivas e interesses em jogo no movimento, onde as questões raciais e de classe são negligenciadas, por parte do feminismo branco. Ademais, veja o argumento em favor do sufrágio da população negra:

O argumento de Frederick Douglass em favor do sufrágio negro era baseado em sua insistência de que o voto era uma medida emergencial. Embora ele possa ter sido ingênuo em relação à potência do voto no interior do Partido Republicano, não tratava a questão do sufrágio negro como um jogo político. Para Douglass, o voto não era um meio para garantir a hegemonia do Partido Republicano no Sul. Era basicamente uma medida de sobrevivência – um meio de garantir a vida da massa de seu povo. (DAVIS 2016, p.96)

Gonzalez (2020) também identifica diversas contradições no feminismo branco, não apenas essa presente no contexto dos Estados Unidos, mas também há outros tipos no cenário brasileiro. Entre essas contradições, destaca-se a acusação infundada de racismo reverso, que

será abordada mais adiante no presente trabalho. Considerando que o movimento feminista se propõe a ser emancipatório e combater todas as formas de discriminação, é problemático que reproduza práticas discriminatórias. Essas contradições apontam para a necessidade de uma análise crítica e uma reflexão sobre como o feminismo branco pode contribuir para a luta contra a opressão, considerando e abordando de forma adequada as questões raciais.

Antes de adentrar nessa discussão, é preciso retomar o capítulo anterior sobre o entendimento de Fraser (2006) de que existem pessoas que sofrem de injustiças bivalentes, isto é, precisam tanto de redistribuição quanto de reconhecimento. As mulheres negras precisam de reconhecimento e redistribuição, mas não só isso, elas enfrentam discriminações que envolvem questões de gênero, classe e raça. Para abordar essas interseções de opressões, será de grande contribuição recorrer à teoria de interseccionalidade. Esse conceito se opõe a uma abordagem reducionista que trata as opressões como isoladas umas das outras. Ao contrário, a interseccionalidade busca entender as complexas articulações entre diferentes formas de opressão e como elas se manifestam nas experiências cotidianas das pessoas. Então, reconhece-se que as estruturas de poder, como o racismo, o sexismo e o colonialismo, estão entrelaçadas e se reforçam mutuamente, resultando em diferentes formas de discriminação e opressão. A seguir, uma descrição nas palavras de Carla Akotirene, pesquisadora brasileira reconhecida por sua investigação sobre interseccionalidade.

a interseccionalidade impede reducionismos da política de identidade – elucida as articulações das estruturas modernas coloniais que tornam a identidade vulnerável, investigando contextos de colisões e fluxos entre estruturas, frequência e tipos de discriminações interseccionais. (AKOTIRENE.2019, pg.35)

O agravante de cunho racial pode nos trazer o seguinte problema: As pautas das mulheres negras são distintas, decorrentes da intersecção de raça, gênero e classe. Elas sofrem com o racismo estrutural, a exclusão e invisibilidade em espaços feministas, estereótipos negativos, altos índices de violência, desigualdade econômica, disparidades na saúde, entre outras questões. Essas desigualdades exigem uma abordagem inclusiva para promover a justiça social e combater as opressões enfrentadas pelas mulheres negras. O que sugere a seguinte pergunta: de que modo a luta feminista poderia ser a mesma?

Exemplo disso são as mulheres brancas do século XX, as quais lutavam pelo direito do trabalho que não fosse o doméstico. As mulheres negras, por outro lado, já ocupavam o trabalho juntamente com os homens, mas com condições de trabalho e remuneração desigual. Ângela Davis (2016) exemplifica essas condições destacando o papel das mulheres negras no trabalho pesado e nas indústrias nos Estados Unidos. Ao contrário das mulheres brancas que eram consideradas "femininas demais" para certas tarefas. As mulheres negras desempenhavam

diversas atividades, como trabalho nas minas de carvão, fundições de ferro, corte de lenha, abertura de valas e construção de canais e linhas férreas. Essas informações destacam a exploração e desvalorização do trabalho das mulheres negras, demonstrando como elas foram tratadas como mão de obra barata e desumanizadas. Essa prática revela uma violação de sua humanidade e dignidade. Sendo assim, o feminismo, enquanto movimento emancipatório, não estaria negligenciando ao focar estritamente em seus interesses, enquanto as mulheres negras estavam em condições análogas à escravidão?

Gonzalez (2020) destaca que o feminismo teve contribuições significativas em diferentes aspectos. Primeiramente, desafiou as estruturas patriarcais e lutou pela igualdade de direitos para as mulheres. Em segundo lugar, trouxe à tona discussões sobre a sexualidade, o que ampliou o entendimento do que significa ser mulher. Terceiro, o feminismo desempenhou um papel importante na aceitação da diversidade de orientação sexual, oferecendo apoio aos indivíduos homossexuais. No entanto, Gonzalez argumenta que o feminismo não avançou tanto no entendimento das discriminações raciais, se pensarmos no feminismo norte americano, a influência e o desenvolvimento desse movimento ocorreram de forma inversa. Ele se originou a partir das significativas contribuições do movimento negro. Gonzalez ressalta a interconexão entre o movimento negro e o feminismo na luta por igualdade e liberdade das mulheres.

Mas, apesar de suas contribuições fundamentais para a discussão da discriminação com base na orientação sexual, o mesmo não ocorreu diante de outro tipo de discriminação, tão grave quanto a sofrida pela mulher: a de caráter racial. Aqui, se nos reportarmos ao feminismo norte-americano, a relação foi inversa; ele foi consequência de importantes contribuições do movimento negro: “A luta dos anos 1960 [...] sem a irmandade negra, não haveria irmandade das mulheres (*sisterhood*); sem *Black Power*, não haveria poder gay e orgulho gay”.³ A feminista Leslie Cagan afirma: “O fato de o movimento dos direitos civis ter quebrado os pressupostos sobre igualdade e liberdade na América abriu um espaço para questionarmos a realidade de nossa liberdade como mulheres”. (GONZALEZ.2020, pg.140)

Sendo assim, apesar das importantes contribuições trazidas por Fraser (2009) para o feminismo ao abordar questões identitárias e a falta de igualdade social, poderíamos questionar se ela está negligenciando um fator crucial: a raça. Portanto, seria necessário que ela incorporasse o feminismo negro em suas análises, reconhecendo a importância de lutar por justiça racial. Dessa forma, o feminismo poderia abranger as experiências de mulheres como um todo e contribuir para a discussão sobre raça. Lélia Gonzalez (2020) percebe o esquecimento das pautas do feminismo negro pelas mulheres brancas. De acordo com ela, o movimento em defesa da igualdade entre homens e mulheres não pode ser considerado emancipatório se não considerar as especificidades e demandas das mulheres negras. Gonzalez, em seu texto *Por um feminismo afro-latino-americano* (2020), cita a feminista Leslie Cagan que usa o exemplo do movimento a favor dos direitos civis, que ajudou a quebrar preconceitos e a mudar a noção de

igualdade e liberdade dando lugar para mulher. Além disso, foi um movimento negro que contribuiu bem mais para as questões feministas das mulheres negras do que o feminismo branco.

Gonzalez (2020) afirma que é possível identificar a falta de discussões de cunho racial ao ler os textos e presenciar as reivindicações feministas. O que não deveria acontecer, pois até mesmo a definição do que é a luta feminista é semelhante à definição da luta contra o racismo. Basicamente a luta contra o racismo e o feminismo são reivindicações de que tanto as mulheres quanto as pessoas negras em geral não devem ser tratados de forma diferente ou discriminados em qualquer âmbito da vida baseado no gênero ou cor. Já que existem as mulheres negras que sofrem os efeitos de ambas as discriminações, por que há este “esquecimento” por parte do feminismo, quando se trata de questões raciais? A historiadora Lélia Gonzalez sugere algumas respostas a essa questão. De acordo com ela, se trata de *racismo por omissão* (GONZALEZ, 2020, p.141), decorrente de uma perspectiva de mundo eurocêntrica e neocolonialista.

Lélia Gonzalez (2020) critica as abordagens que se concentram principalmente em aspectos socioeconômicos das relações raciais, deixando um "resto" não explicado. Essa lacuna evidencia a necessidade de uma análise mais abrangente e sensível às vivências das mulheres negras, que vá além das explicações limitadas.

“Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva socioeconômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava sempre um resto que desafiava as explicações. E isso começou a nos incomodar. Exatamente a partir das noções de mulata, doméstica e mãe preta que estavam ali, nos martelando com sua insistência...” (GONZALEZ, 2020, p.77).

Nesse sentido, Gonzalez estabelece uma conexão entre a psicanálise e a experiência negra. Ela se apropria da citação de Jacques-Alain Miller, que diz que a psicanálise encontra seus "bens" nas latas de lixo da lógica, e utiliza o termo "lixo" para descrever a condição dos negros na sociedade brasileira, determinada pela lógica da dominação. A partir disso, Gonzalez argumenta que é necessário questionar essa condição por meio da psicanálise, explorando os aspectos inconscientes e simbólicos da discriminação racial.

Portanto, as políticas de reconhecimento e redistribuição, que explicamos a partir da abordagem de Nancy Fraser (2006) no capítulo anterior, não seriam suficientes. Não compreendem plenamente as experiências das mulheres negras, embora esses conceitos sejam relevantes para abordar questões de justiça social e igualdade. Para Gonzalez (2020), as mulheres negras enfrentam interseccionalidades estruturais, institucionais e psicológicas. Estruturalmente, são afetadas pela discriminação racial, classe social e pela desigualdade de gênero. Institucionalmente, sofrem com a falta de representatividade e oportunidades de acesso.

Psicologicamente, enfrentam o impacto do racismo e sexismo, perdendo a própria percepção de valor e pertencimento.

Sendo assim, Gonzalez (2020) recorre a conceitos psicanalíticos, como a categoria de *infans* e sujeito *de suposto saber*, ideias lacanianas, para refletir sobre a exclusão das mulheres negras. Quando ela utiliza o conceito de *infans*, ela está se referindo à ideia de que, na sociedade em que vivemos, as mulheres negras são tratadas como crianças, isto é, infantilizadas. Assim como as crianças são referenciadas na terceira pessoa por adultos, as mulheres negras também são faladas a partir de um sistema ideológico de dominação que as infantiliza e as coloca na posição de subalternas, elas não têm voz (GONZALEZ, 2020, p.141). A partir desse conceito, Gonzalez busca analisar como as mulheres negras são excluídas nas lutas feministas e antirracista, como explica no trecho a seguir:

Ao nos impor um lugar inferior dentro de sua hierarquia (sustentado por nossas condições biológicas de sexo e raça), suprime nossa humanidade precisamente porque nos nega o direito de ser sujeitos não apenas de nosso próprio discurso, mas de nossa própria história. (GONZALEZ, 2020, p.141)

Sendo assim, o racismo e o machismo privam as mulheres pretas de serem agentes em sua própria história. Gonzalez (2020) utiliza outro conceito laciano que é o de *Sujeito Suposto Saber* para analisar a relação de poder entre colonizador e colonizado. Ela explica que este mecanismo psíquico inconsciente é responsável por atribuímos a outras pessoas um conhecimento que elas não possuem, como ocorre quando procuramos um psicanalista, ou quando consideramos pai, mãe ou professor como autoridades com um saber superior ao nosso. A partir das ideias de Franz Fanon e Albert Memmi sobre a psicologia do colonizado em relação ao colonizador, Gonzalez faz uma associação com o conceito laciano de *Sujeito Suposto Saber*, explicando como essas questões psíquicas são intensificadas para negros e negras, que além de se sentirem inferiores, também anulam sua própria identidade ao desejar ser branco, como explica Franz Fanon:

Em outras palavras, começo a sofrer por não ser branco, na medida que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, me extirpa qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que seja um parasita no mundo, que é preciso que eu acompanhe o mais rapidamente possível o mundo branco, “que sou uma besta fera, que meu povo e eu somos um esterco ambulante, repugnantemente fornecedor de cana macia e de algodão sedoso, que não tenho nada a fazer no mundo”.²² Então tentarei simplesmente fazer-me branco, isto é, obrigarei o branco a reconhecer minha humanidade. Mas, nos dirá Mannoni, vocês não têm potencial, pois existe dentro de vocês um complexo de dependência. (FANON, 2008, p. 94)

De acordo com o trecho acima, a busca pela validação branca perpetua um complexo de dependência e submissão, evidenciando a importância de compreender essa dinâmica de discriminação e opressão. Dessa maneira, é importante compreender questões raciais para se

ter a dimensão do que é a realidade da mulher negra em uma conjuntura racista e sexista. Inclusive, conforme o que explica Gonzalez (2020), o feminismo-latino-americano desconectado de pautas raciais perde muito sua força, mas é algo que é apagado não somente do feminismo, mas historicamente há um apagamento do negro nas sociedades latino-americanas. Quando o feminismo se esquece das questões raciais está deixando de lado uma pauta que só iria potencializar a luta feminista, Gonzalez concorda com a afirmação de Jenny Bourne: “Eu vejo o antirracismo como algo que não está fora do movimento de mulheres, mas como algo intrínseco aos melhores princípios feministas” (GONZALEZ, 2020, p.142). Todos os direitos que as mulheres podem reivindicar em um cenário machista pode contribuir também para os negros e em especial para as mulheres negras que estão dentro dos dois escopos.

Lidar, por exemplo, com a divisão sexual do trabalho sem articulá-la com a correspondente ao nível racial é cair em uma espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizante e branco. Falar de opressão à mulher latino-americana é falar de uma generalidade que esconde, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito alto por não serem brancas. (GONZALEZ 2020, p. 142)

No fragmento textual acima, Gonzalez (2020) ressalta a necessidade de considerar a complexidade das opressões, alertando contra abordagens simplistas, como a perspectiva de Fraser (2006) que apesar de citar essa a interconexão das opressões se ausenta de tratar de forma adequada o feminismo negro, não basta conceder reconhecimento/representatividade e redistribuição, as mulheres negras enfrentam interseccionalidades estruturais, institucionais e psicológicas. Posto isso, Gonzalez discutiu a questão racial na América Latina a partir de uma perspectiva histórica. O racismo na América Latina tem suas raízes no processo de colonização e escravidão. Durante muito tempo, os povos indígenas e africanos foram subjugados e explorados pelos colonizadores europeus, que impuseram um sistema de dominação racial que continua nos afetando atualmente.

Ao examinar as origens históricas dos preconceitos, é possível ilustrar uma questão com base em países como o Brasil, onde a miscigenação desempenha um papel significativo. Dentro desse contexto, é notável a persistência do mito da democracia racial. Uma pesquisa recente²⁷ revelou que, ao serem questionados sobre se se consideravam racistas, apenas 4% das pessoas admitiram ter preconceito, enquanto 84% reconheceram a existência do racismo no país. Esses dados demonstram como as percepções individuais muitas vezes divergem da realidade social,

²⁷ Exame, "No Brasil, 84% percebe racismo, mas apenas 4% se considera preconceituoso," disponível em: <https://exame.com/negocios/no-brasil-84-percebe-racismo-mas-4-se-considera-preconceituoso/> (acesso em: 17/05/2023)

revelando a persistência de preconceitos arraigados na sociedade. Apesar da crença de igualdade perante a lei, a realidade é que a manutenção de um conforto social depende da existência de uma hierarquia na qual os brancos ocupam a posição mais privilegiada.

Gonzalez (2020) defende que a ideia de que não existe racismo no Brasil é errada e até mesmo os movimentos de esquerda acabam assimilando essa ideia, quando, em suas lutas por igualdade, se esquecem da questão racial que permeia todos os âmbitos de uma sociedade marcada pela escravidão. Nesse sentido, a negação de um racismo existente no Brasil lembra um conceito freudiano utilizado por Lélia Gonzalez (2020) para analisar o racismo, mostrando como ele opera de forma complexa. Ela argumenta que o racismo "à brasileira" nega a própria existência da ladino-amefricanidade, contradizendo a visão predominante de que o país possui apenas influências europeias e brancas em seu inconsciente. Gonzalez sustenta que o Brasil é, na verdade, uma América Africana. Gonzalez sugere o termo "América Ladina" para descrever essa identidade, indicando que a latinidade não está presente, mas sim uma mistura de influências. Ao mesmo tempo em que nega essa identidade, o racismo simultaneamente perpetua a discriminação. Essa denegação permite que o racismo se manifeste de maneiras veladas, mantendo a aparência de uma "democracia racial" enquanto subjuga e exclui os indivíduos negros. Ao trazer essa perspectiva psicanalítica, Gonzalez busca compreender as artimanhas do racismo e a forma como ele é internalizado e perpetuado na sociedade brasileira, vejamos a seguir a caracterização desse conceito:

Para um bom entendimento das artimanhas do racismo acima caracterizado, vale a pena recordar a categoria freudiana de denegação (*Verneinung*): "Processo pelo qual o indivíduo, embora formulando um de seus desejos, pensamentos ou sentimentos, até aí recalcado, continua a defender-se dele, negando que lhe pertença".³ Enquanto denegação de nossa ladino-amefricanidade, o racismo "à brasileira" se volta justamente contra aqueles que são o testemunho vivo da mesma (os negros), ao mesmo tempo que diz não o fazer ("democracia racial" brasileira). Para melhor entendimento dessa questão, numa perspectiva lacaniana, é recomendável a leitura do texto brilhante de M. D. Magno. (GONZALEZ 2020, p. 127)

Gonzalez (2020) argumenta que além dos desafios já mencionados, as mulheres não-brancas enfrentam discriminação em múltiplas formas, baseada em raça, classe e gênero. As mulheres negras pobres, em particular, sofrem com a interseção dessas opressões, e todas essas formas de discriminação estão interligadas. As diferenças são usadas como justificativa para a perpetuação de arbitrariedades. O capitalismo desempenha um papel significativo na ampliação das desigualdades discriminatórias, como explica Fraser (2006), mas ela não demonstra como o capitalismo oprime mais as negras. Gonzalez, em contraste, nos oferece alguns exemplos do sofrimento da mulher negra em uma sociedade capitalista. O sistema capitalista é permeado por desigualdades sociais, econômicas e políticas, e essas desigualdades são intensificadas quando

se considera a interseção de gênero e raça. No âmbito racial, o capitalismo perpetua estruturas e práticas racistas que colocam as mulheres negras em uma posição de maior vulnerabilidade e marginalização. Além disso, o capitalismo tende a exacerbar a exploração econômica, de maneira mais intensa contra a mulher negra, dificultando seu acesso a recursos e oportunidades, limitando suas perspectivas de ascensão social e ampliando as disparidades socioeconômicas. Todas as formas de arbitrariedade cometidas contra as mulheres brancas são intensificadas quando se trata das mulheres negras.

De acordo com Lélia Gonzalez (2020), no Brasil as mulheres amefricanas e ameríndias tomam consciência da discriminação primeiramente pelo critério racial. Questões de classe social e racial são pautas comuns entre elas e os companheiros de luta negros e ameríndios, que ocupam grupo étnicos subordinados. No Brasil, os negros eram escravizados independentemente do gênero ou faixa etária. Diante desse sofrimento histórico, foram surgindo formas de resistência que sobrevivem até hoje. Os movimentos étnicos são importantes, pois propõem novas conversas sobre as estruturas existentes e esclarece as relações de dominância cultural, como a naturalização do “fato de que quatro quintos da força de trabalho negra são mantidos em uma espécie de cinto socioeconômico que “lhes oferece a oportunidade” de trabalho manual e não qualificado” (GONZALEZ 2020, p. 147).

Contudo, a filósofa Gonzalez (2020) explica que mesmo dentro do movimento negro as mulheres são alvo de práticas machistas e sexistas por parte de seus parceiros e são excluídas das decisões do movimento. Isso leva as mulheres negras a procurar o movimento feminista na tentativa de se emancipar de relações de opressão. Entretanto, o que encontram no movimento feminista são atitudes exclusivas e racistas. No trecho seguinte, Gonzalez destaca a invisibilidade das mulheres pretas no movimento feminista e a desigualdade em relação às mulheres brancas, ilustrando a falta de representatividade e a necessidade de incluir a dimensão racial nas discussões

Nós somos invisíveis nos três aspectos do movimento de mulheres; mesmo naquele em que nossa presença é maior, somos descoloridas ou desracializadas e colocadas na categoria popular (os poucos textos que incluem a dimensão racial apenas confirmam a regra geral). Um exemplo ilustrativo: duas famílias pobres — uma negra e uma branca — cuja renda mensal é de 180 dólares (o que corresponde a três salários mínimos no Brasil hoje); a desigualdade se faz evidente pelo fato de a taxa de atividade da família negra ser maior que a da família branca. 10 Isso explica nossa presença escassa nos outros dois aspectos. (GONZALEZ 2020, p 148).

Nesse sentido, a alternativa mais eficaz do movimento de mulheres foi a organização de grupos étnicos, contribuindo, assim, para o avanço dos movimentos étnicos e do movimento de mulheres. Na luta, as negras estavam presentes em duas frentes tanto em reivindicações étnicas

como feministas, assim era possível manifestar contra as discriminações que sofriam de modo único e ao mesmo tempo agregar força aos outros movimentos, como afirma Gonzalez (2020).

Para demonstrar como as mulheres pretas sentem na pele a desvalorização, Gonzalez (2020) cita uma declaração na qual as mulheres peruanas denunciaram as especificidades do que é ser uma mulher negra e como são tratadas. No Manifesto da Mulher Negra Peruana no Dia Internacional da Mulher de 1987, que foi organizado por dois grupos: Linha de Ação Feminina do Instituto de Investigações Afro-Peruanas e Grupo de Mulheres do Movimento Negro Francisco Congo, elas descreveram como se sentiam: “Fomos moldadas como uma imagem perfeita em tudo o que se refere a atividades domésticas, artísticas e servis; fomos consideradas ‘especialistas em sexo’.” (GONZALEZ 2020, p 148.). No Brasil, as pretas também são objetificadas com mais brutalidade, são animalizadas e sexualizadas, tirando quase senão por completo sua condição humana.

As mulheres negras enfrentaram dificuldades para se identificar tanto nos movimentos negros quanto no movimento feminista. Isso ocorreu porque, como mencionado anteriormente, as mulheres negras eram alvo de discriminação em ambos os grupos. No entanto, é importante ressaltar que as mulheres negras encontraram um ambiente mais acolhedor nos movimentos negros, onde sentiam maior apoio. Em contraposição, os grupos feministas muitas vezes consideravam as pautas das mulheres negras como antifeministas e ocorria inclusive a queixa de “racismo reverso”, mas se trata de uma acusação grave e infundada, pois o racismo se refere a um sistema de opressão estrutural baseado na raça, no qual grupos privilegiados exercem poder sobre grupos marginalizados. Gonzalez (2020) nos mostra que falar de “racismo reverso” é o mesmo que ignorar a dinâmica histórica e estrutural de opressão. Sendo assim, mesmo que uma pessoa negra trate outra pessoa branca com desrespeito, não configura racismo, pois atitudes individuais de preconceito não constituem um sistema de opressão.

3.1 A tradição do sistema escravocrata nas desigualdades raciais e de gênero: Ângela Davis

Como supracitado, a desvalorização brutal da mulher negra tem suas raízes na escravidão. Não só no caso do Brasil, mas em outros países escravocratas, como explica a filósofa Ângela Davis (2016) quando fala da realidade dos EUA no seu livro: *Mulheres, raça e classe*. Mesmo depois de muito tempo de “liberdade” as mulheres negras ainda eram escravas do sistema, observe a seguinte citação que explica esse fenômeno:

Depois de um quarto de século de “liberdade”, um grande número de mulheres negras ainda trabalhava no campo. Aquelas que conseguiram ir para a casa-grande encontraram a porta trancada para novas oportunidades – a menos que preferissem, por exemplo, lavar roupas em casa para diversas famílias brancas em vez de realizar serviços domésticos variados para uma única família branca. Apenas um número infinitesimal de mulheres negras conseguiu escapar do campo, da cozinha ou da lavanderia. (DAVIS 2016, p.103)

Ângela Davis (2016) explica que mesmo depois de uma suposta “liberdade”, os negros tinham que se submeter aos trabalhos nas condições que eram convenientes aos brancos, pois não tinham como sobreviver e, por falta de recursos, muitos acabavam afundados em dívidas e tudo era motivo para retomar as condições antigas de enclausuramento.

Ângela Davis (2016) relata que os negros eram frequentemente presos sob qualquer pretexto, e muitos eram contratados como mão de obra encarcerada em condições desumanas. O sistema de contratar carcerários negros para trabalho era um investimento lucrativo, pois era barato e não havia restrições para a exploração. Isso incentivava a prisão arbitrária da população negra, que não tinha voz para se defender, já que a palavra do homem branco sempre tinha mais valor. Era tenebroso ser carcerário nos Estados Unidos no século XIX, mas era ainda pior para as mulheres negras que ficavam presas junto com os homens e eram vítimas de estupro no trabalho para os brancos.

Essa deturpação do sistema de justiça criminal era opressiva para toda a população saída da escravidão. Mas as mulheres eram especialmente suscetíveis aos ataques brutais do sistema judiciário. Os abusos sexuais sofridos rotineiramente durante o período da escravidão não foram interrompidos pelo advento da emancipação. De fato, ainda constituía uma verdade que “mulheres de cor eram consideradas como presas autênticas dos homens brancos”. (DAVIS 2016, p.103).

As mulheres negras, na maioria, desempenhavam o trabalho doméstico, como: cozinheiras, babás, lavadeiras, camareiras etc. Esses trabalhos eram rejeitados pelas mulheres brancas por ser algo considerado indigno. Nesse contexto, a citação a seguir de Ângela Davis (2016) nos mostra como as mulheres negras foram historicamente limitadas ao trabalho doméstico, enquanto as mulheres brancas tiveram mais oportunidades de escolha e mobilidade. Revela a desigualdade racial e de gênero presente na sociedade

“Se as mulheres brancas nunca recorreram ao trabalho doméstico, a menos que tivessem certeza de não encontrar algo melhor, as mulheres negras estiveram aprisionadas a essas ocupações até o advento da Segunda Guerra Mundial.” (DAVIS 2016, p.112).

Além disso, os abusos sexuais por parte dos patrões era algo que fazia parte do trabalho e quando se negavam a ceder perdiam o emprego, a mulher preta era violentada em vários lugares que ocupava dentro da sociedade com o passado escravocrata.

Segundo o que relata Davis (2016), para lutar contra os abusos do emprego doméstico era difícil, até mesmo montar sindicatos era mais complicado. De início, os movimentos feministas brancos rejeitavam as pautas relacionadas à exploração do trabalho doméstico, pois para as mulheres brancas e ricas discutir sobre tal problema não era satisfatório, visto que significava renunciar regalias que eram trazidas a elas por meio da exploração da mão de obra doméstica da mulher negra. O trecho em seguida revela a dura realidade econômica enfrentada pelas mulheres pretas, que eram relegadas aos trabalhos mais precários e desvalorizados, além de serem amplamente ignoradas.

A desesperadora situação econômica das mulheres negras – elas realizam o pior de todos os trabalhos e são ignoradas – não mostrou sinais de mudança até o início da Segunda Guerra Mundial. Às vésperas da [entrada dos Estados Unidos na] guerra, de acordo com o censo de 1940, 59,5% das mulheres negras empregadas eram trabalhadoras domésticas e outros 10,4% trabalhavam em ocupações não domésticas [41]. Como aproximadamente 16% ainda trabalhavam no campo, menos de uma em cada dez trabalhadoras negras havia realmente começado a escapar dos velhos grilhões da escravidão. (DAVIS 2016, p.112)

As condições nas quais os negros se encontravam, descritas até o momento, não foram encerradas com a abolição da escravidão. Nas sociedades escravocratas, o preconceito persistia à medida que a sociedade evoluía. Ângela Davis (2016) relata essa realidade nos Estados Unidos, mas o Brasil também apresenta condições semelhantes para os negros: falta de retratação, concentração em áreas periféricas, ocupação de empregos de baixa remuneração, alta representação na população carcerária, violência diária e maior vulnerabilidade para as mulheres negras. Essas situações estão interligadas, resultando em uma desvalorização brutal.

Diante do que foi exposto, é compreensível que as lutas das mulheres negras começaram ao lado dos seus companheiros, pois o sofrimento iniciou ao lado dos negros com a escravidão. As reivindicações das mulheres brancas não as representavam. Mas, apesar disso, é significativo destacar que muitas companheiras brancas foram solidárias às pautas do feminismo negro, que agregava o movimento feminista como um todo. Estavam de fato comprometidas com a causa, o que leva Lélia Gonzalez (2020) a chamar tais mulheres de “irmãs”.

Em suma, o feminismo afro-latino-americano busca alcançar justiça social para as mulheres negras, reconhecendo a diversidade dentro da comunidade afro-latino-americana. É fundamental que o feminismo seja antirracista, levando em consideração as opressões específicas enfrentadas pelas mulheres negras, que muitas vezes são negligenciadas e invisibilizadas pela luta feminista tradicional.

As questões de raça, gênero e classe estão intrinsecamente interligadas, uma vez que as mulheres negras sofrem discriminação não apenas em relação ao gênero, mas também ao racismo e à desigualdade social. Para garantir a igualdade e o respeito aos direitos e necessidades das mulheres negras, é essencial adotar uma abordagem feminista que compreenda e contemple as múltiplas opressões que elas enfrentam. Ao analisar as teorias de Lélia Gonzalez e Ângela Davis, conseguimos compreender melhor as complexidades dessa interseção entre gênero, raça e classe, destacando as experiências únicas das mulheres negras na luta feminista.

Neste contexto, estabelece-se um contraponto, Nancy Fraser (2006) enfatiza a necessidade de uma abordagem integrativa que leve em conta tanto as demandas por igualdade econômica quanto as lutas por reconhecimento cultural e identitário. Mas é preciso refletir sobre até que ponto essa abordagem contempla as especificidades e opressões enfrentadas pelas mulheres negras. Gonzalez (2020) demonstrou que as opressões vivenciadas pelas mulheres negras vão além das questões de distribuição de recursos e de reconhecimento cultural, abrangendo também aspectos estruturais, institucionais e psicológicos. Portanto, uma abordagem que leve em consideração apenas a redistribuição de recursos econômicos, o reconhecimento de identidades e a representatividade não é suficiente para abordar de maneira completa as desigualdades sistêmicas e estruturais que afetam as mulheres negras. Sendo assim, Gonzalez (2020) defende a necessidade de uma abordagem mais ampla que considere as interseccionalidades e as dinâmicas complexas de poder, bem como a necessidade de enfrentar o racismo estrutural e as desigualdades socioeconômicas de forma integrada. Essa abordagem implica em buscar uma transformação profunda das estruturas sociais e das relações de poder, indo além do reconhecimento simbólico e redistribuição de recursos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos observar, primeiramente, que a evolução das teorias feministas trouxe uma mudança de enfoque, passando da igualdade no trabalho para a desigualdade cultural e identitária. Essa ampliação das lutas feministas inclui questões de representação e diferença. No entanto, é necessário ter cuidado para que as demandas por reconhecimento não substituam as lutas por redistribuição, especialmente no contexto do neoliberalismo em ascensão. A filósofa Nancy Fraser (2006) destaca a importância de abordagens integrativas que unam redistribuição e reconhecimento para alcançar a justiça para todos.

Ao tratar das questões desenvolvidas por Nancy Fraser (2006) e Lélia Gonzalez (2020), podemos identificar algumas semelhanças e diferenças em suas abordagens feministas e suas críticas ao sistema capitalista. Ambas as autoras destacam a necessidade de abordar as opressões e desigualdades enfrentadas pelas mulheres. No entanto, suas perspectivas podem divergir em alguns pontos. Enquanto Fraser enfatiza a importância da integração das demandas por reconhecimento e redistribuição, Gonzalez e Ângela Davis (2016) mostra que mulheres negras precisam não só de reconhecimento positivo e redistribuição, destaca-se a necessidade de uma análise mais aprofundada das interações estruturais e das complexidades políticas e legais das opressões interseccionais. Além disso, Gonzalez traz a psicanálise como uma ferramenta para compreender as experiências das mulheres negras e explorar os aspectos inconscientes e simbólicos da discriminação racial. É importante desafiar as explicações limitadas, como as de Fraser, e buscar abordagens mais completas e inclusivas.

Ângela Davis desempenhou um papel fundamental ao nos ajudar a compreender que a desvalorização das mulheres negras tem raízes na escravidão. Mesmo após a "liberdade", elas continuaram limitadas a trabalhos domésticos e sujeitas a abusos. A situação econômica precária persistiu, e os movimentos feministas brancos muitas vezes ignoraram as questões das mulheres negras. O sistema de justiça criminal também foi opressivo, resultando em altas taxas de encarceramento e violência. Sendo assim, as lutas das mulheres negras são uma resposta necessária a essa desvalorização.

Com base em tudo o que foi apresentado, foi viável afirmar que as contribuições das principais teóricas do presente trabalho foram importantes para o feminismo e a luta contra as desigualdades, reconhecendo suas diferentes ênfases teóricas e perspectivas sobre as interseccionalidades. Ambas as autoras oferecem reflexões valiosas para a compreensão das complexidades das opressões enfrentadas pelas mulheres, proporcionando uma base para diálogos aprofundados.

A análise de Fraser (2006) é uma perspectiva universal, porém uma abordagem desse tipo dentro do feminismo enfrenta desafios. Embora possua suas vantagens, como uma luta unificada por igualdade, é importante reconhecer os obstáculos inerentes a essa concepção. Entre eles estão a tendência de homogeneizar as experiências das mulheres e a marginalização de certos grupos. Essa visão pode contribuir para a perpetuação de desigualdades estruturais e estabelecer hierarquias de poder no movimento feminista.

É imprescindível reconhecer a importância do feminismo negro e realizar uma análise aprofundada das interseções entre raça, gênero, classe e outras formas de opressão, conforme destacado por Gonzalez (2020). A perspectiva interseccional oferece uma abordagem analítica para compreender as complexidades das vivências das mulheres negras e os impactos políticos e legais das opressões que enfrentam. Ao considerar essas experiências de forma adequada, os movimentos feministas podem ampliar sua visão e enriquecer suas abordagens, evitando negligenciar ou substituir qualquer forma de opressão na busca pela justiça social. Conclui-se, portanto, que negligenciar o feminismo negro seria limitar a compreensão das interseccionalidades e restringir a possibilidade de uma transformação social mais profunda e inclusiva.

REFERÊNCIAS

Agência Câmara de Notícias. 12 de outubro de 2022. Disponível em: [Nova composição da Câmara ainda tem descompasso em relação ao perfil da população brasileira - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)]. Acesso em: 25 de maio de 2023.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO. **O novo espírito do capitalismo**. WMF Martins Fontes, 2009.

BUTLER, Judith; BRETAS, Aléxia. **Meramente cultural**. *Idéias*, v. 7, n. 2, p. 227-248, 2016.

Companhia das Letras, 2020.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 1949.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas** / Frantz Fanon; tradução de Renato da Silveira. - Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. (2008). **Arqueologia do saber**. Recuperado de https://edisciplinas.usp.br/pluginfile/4070132/mod_resource/content/1/FOUCAULT.pdf

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 1999.

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista"**. *Cadernos de Campo* (São Paulo-1991), v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006.

FRASER, Nancy. **Justiça interrompida: Reflexões críticas sobre a condição " pós-socialista"**. Boitempo Editorial, 2022.

FRASER, Nancy. **O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história**. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, 2009.

FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?** Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 101-138, 2007.

FRASER, Nancy. **Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado.** Lua Nova: revista de cultura e política, p. 11-39, 2009.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Editora Schwarcz-2020.

HABERMAS, Principles By Jurgen. **Minorias e a busca pelo reconhecimento no estado democrático de direito: uma abordagem a partir de Jurgen Habermas e Nancy Fraser.** A proteção dos dados pessoais no crédito bancário e a lei geral de proteção de dados frente ao cadastro positivo, v. 20, n. 1, p. 151-165, 2020.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital.** Tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

OLIVEIRA, Lorena Silva. **Racismo de Estado e suas vias para fazer morrer.** (2018).

PARRA, Valeria Fabiana. **La potencia de los feminismos latinoamericanos para una ruptura epistemológica con el universalismo eurocéntrico del feminismo hegemónico: críticas desde el margen.** Revista Latinoamericana del Colegio Internacional de Filosofía, 2018.

Ribeiro, D. (2017). **O que é lugar de fala?** [PDF]. Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Ceará. Recuperado de <https://www.sindjorce.org.br/wp-content/uploads/2019/10/RIBEIRO-D.-O-que-e-lugar-de-fala.pdf>

SANTA ROSA, Carolina. **Movimento de mulheres negras: uma entrevista com Lélia Gonzalez.** Afro-Ásia, n. 66, p. 529-550, 2022.

SILVEIRA, Léa. **A mãe preta e o Nome-do-pai: Questões com Lélia Gonzalez.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 30, n. 3, e 79996, 2022.